DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE BENTO DE ABREU

Conforme Lei Municipal nº 1.733, de 03 de maio de 2016

www.bentodeabreu.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/bentodeabreu

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Atos Oficiais 2
Leis 2
Decretos 42

Poder Legislativo 81
Licitações e Contratos 81
Ato de Autorização de Contratação Direta 81

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Bento de Abreu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Bento de Abreu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.bentodeabreu.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/bentodeabreu
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu
CNPJ 44.447.944/0001-87
R. Vinte e Sete de Março, 390
Telefone: (18) 3601-9200
Site: www.bentodeabreu.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/bentodeabreu

Câmara Municipal de Bento de Abreu
CNPJ 01.619.886/0001-19
R. Vinte e Sete de Março, 390, 1º andar
Telefone: (18) 3601-1256
Site: www.camarabentodeabreu.sp.gov.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Bento de Abreu garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.bentodeabreu.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/bentodeabreu

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

LEI Nº 2.049, DE 07 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Bento de Abreu APROVOU e ela SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.020.000,00 (três milhões e vinte mil reais), observadas as seguintes classificações orçamentárias:

ANULAÇÃO

020401		SETOR DE ENSINO		
154	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.39.19	Manutenção e Conservação de Veículos	R$	10.000,00
168	12.365.0006.2018.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção das Atividadees - Creche		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	100.000,00

EXCESSO

020101		GABINETE		
16	04.122.0002.2004.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades – Gabinete		
	3.3.90.30.01	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$	50.000,00
18	04.122.0002.2004.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades – Gabinete		
	3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	R$	10.000,00
020102		PROCURADORIA		
24	04.122.0002.2005.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades da Procuradoria		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	30.000,00
25	04.122.0002.2005.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades da Procuradoria		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	15.000,00

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

020201		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		
60	04.122.0002.2008.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS Manutenção das Atividades Administrativas		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	10.000,00
67	04.122.0002.2008.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS Manutenção das Atividades Administrativas		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	470.000,00
020208		SETOR DE OBRAS PÚBLICAS		
81	15.451.0004.2039.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA-ESTRUTURA Manutenção das Atividades – Obras Públicas		
	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	R$	500.000,00
020401		SETOR DE ENSINO		
146	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	20.000,00
147	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.01	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$	50.000,00
149	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.07	Gêneros de Alimentação.....	R$	10.000,00
153	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	440.000,00
170	12.365.0006.2018.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades – Creche		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	40.000,00
175	12.365.0006.2018.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades – Creche		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

178	12.365.0006.2019.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades – EMEI		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	60.000,00
180	12.365.0006.2019.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades – EMEI		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	20.000,00
020503		SETOR DE CULTURA		
209	13.392.0008.2030.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURISMO Manutenção das Atividades Culturais		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	25.000,00
210	13.392.0008.2030.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURISMO Manutenção das Atividades Culturais		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	R$	10.000,00
212	13.392.0008.2030.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURISMO Manutenção das Atividades Culturais		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	5.000,00
020603		SETOR DE AGROPECUÁRIA		
244	20.606.0005.2013.0000	GESTÃO DAS AÇÕES AMBIENTAIS E DO AGRONEGÓCIO Manutenção das Atividades da Agricultura		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$	40.000,00
245	20.606.0005.2013.0000	GESTÃO DAS AÇÕES AMBIENTAIS E DO AGRONEGÓCIO Manutenção das Atividades da Agricultura		
	3.3.90.30.01	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$	25.000,00
248	20.606.000.2013.0000	GESTÃO DAS AÇÕES AMBIENTAIS E DO AGRONEGÓCIO Manutenção das Atividades da Agricultura		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	30.000,00
020701		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
254	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	30.000,00

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

256	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	5.000,00
259	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	R$	15.000,00
261	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	10.000,00
267	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.3.90.30.39	Material para Manutenção de Veículos.....	R$	10.000,00
270	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	500.000,00
020801		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
309	08.244.0003.2035.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção da Gestão Administrativas do FMAS		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	10.000,00
313	08.244.0003.2035.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção da Gestão Administrativas do FMAS		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	440.000,00
328	08.244.0003.2295.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	10.000,00
329	08.244.0003.2295.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	R$	5.000,00
331	08.244.0003.2295.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$	5.000,00
		TOTAL	R$	3.020.000,00

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos das seguintes dotações orçamentárias

EXCESSO:..... R$ 2.910.000,00

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

ANULAÇÃO:

020401		SETOR DE ENSINO		
171	12.365.0006.2018.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção das Atividades – Creche		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	R$	50.000,00
020502		SETOR DE LAZER		
200	27.813.0008.2029.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURISMO		
		Manutenção das Atividades – Lazer		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$	50.000,00
201	27.813.0008.2029.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURISMO		
		Manutenção das Atividades – Lazer		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	R$	10.000,00
		TOTAL	R$	3.020.000,00

Artigo 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bento de Abreu, 07 de agosto de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicada na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixada em local de costume e encadernada no livro nº 37, às fls. 034 a 038, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

LEI Nº 2.050, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre os critérios para utilização, distribuição e pagamento do Incentivo Financeiro Adicional Anual do Componente de Qualidade da Atenção Primária à Saúde, previsto na Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, no âmbito do Município de Bento de Abreu, e dá outras providências.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Bento de Abreu APROVOU e ela SANCIONA a seguinte Lei:

CAPÍTULO I – Do Objeto e Abrangência do Incentivo

Artigo 1º - Esta Lei dispõe sobre os critérios para utilização, distribuição e pagamento do Incentivo Financeiro Adicional Anual do Componente de Qualidade da Atenção Primária à Saúde, previsto no § 3º do art. 12-D da Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, destinado às equipes da Atenção Primária à Saúde do Município de Bento de Abreu.

§ 1º - O incentivo financeiro possui natureza transitória, variável e condicionada:

I. ao cumprimento dos indicadores e metas estabelecidos pelo Ministério da Saúde;
II. ao desempenho das equipes da Atenção Primária à Saúde;
III. ao efetivo repasse financeiro realizado pela União.

§ 2º - O incentivo de que trata esta Lei não constitui obrigação permanente do Município, inexistindo direito adquirido à sua percepção, ficando seu pagamento condicionado ao efetivo repasse dos recursos financeiros pelo Fundo Nacional de Saúde.

Artigo 2º - Os recursos financeiros disciplinados nesta Lei serão destinados exclusivamente ao fortalecimento das ações da Atenção Primária à Saúde, observadas as disposições da:

I. Constituição Federal;
II. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
III. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
IV. Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024;
V. Demais normas expedidas pelo Ministério da Saúde.

CAPÍTULO II – Da Transferência e Condições do Incentivo

Artigo 3º - O Incentivo Financeiro Adicional Anual será transferido ao Fundo Municipal de Saúde mediante repasse efetuado pelo Fundo Nacional de Saúde, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

§ 1º - O pagamento aos profissionais somente ocorrerá após o efetivo recebimento dos recursos pelo Município.

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

§ 2º - Na hipótese de suspensão, bloqueio, redução, atraso ou extinção do repasse financeiro pela União, ficará automaticamente suspenso ou reduzido o pagamento do incentivo, sem que isso gere obrigação financeira ao Município.

§ 3º - O Município não utilizará recursos próprios para complementar valores eventualmente não transferidos pelo Ministério da Saúde.

CAPÍTULO III – Dos Profissionais Elegíveis

Artigo 4º - Poderão fazer jus ao recebimento do Incentivo Financeiro Adicional os profissionais integrantes das equipes da Atenção Primária à Saúde que contribuam diretamente para o alcance dos indicadores e metas estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

São considerados elegíveis:

I. Médicos;
II. Enfermeiros;
III. Técnicos e Auxiliares de Enfermagem;
IV. Cirurgiões-Dentistas;
V. Técnicos e Auxiliares em Saúde Bucal;
VI. Agentes Comunitários de Saúde;
VII. Profissionais das Equipes Multiprofissionais (eMulti);
VIII. Coordenador da Atenção Primária à Saúde;
IX. Coordenadores das equipes, desde que exerçam atividades diretamente relacionadas ao planejamento, monitoramento e alcance dos indicadores de desempenho.

Artigo 5º - Constituem requisitos para percepção do incentivo:

I. Estar regularmente cadastrado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), vinculado à equipe contemplada;
II. Exercer suas funções durante o período de avaliação do desempenho, sendo o incentivo calculado proporcionalmente ao período de efetivo exercício;
III. Cumprir regularmente a carga horária estabelecida para sua categoria profissional;
IV. Manter atualizados e regulares os registros obrigatórios nos sistemas oficiais do Sistema Único de Saúde, especialmente o e-SUS APS e demais sistemas de informação;
V. Participar das ações de planejamento, monitoramento e avaliação dos indicadores da unidade;
VI. Colaborar efetivamente para o alcance dos indicadores do Componente de Qualidade da Atenção Primária;
VII. Encontrar-se em efetivo exercício na data do pagamento;
VIII. Participar das reuniões, capacitações e atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde, salvo justificativa aceita pela Administração.

Artigo 6º - Não fará jus ao recebimento do incentivo o profissional que:

I. Estiver em licença sem vencimentos;
II. Estiver cedido a outro órgão ou entidade sem exercer atividades na equipe contemplada;
III. Tiver sido desligado da equipe antes da data do pagamento;

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

IV. Sofrer penalidade disciplinar definitiva decorrente de Processo Administrativo Disciplinar por falta grave relacionada ao exercício das funções;

V. Permanecer afastado durante período que impossibilite sua efetiva participação no alcance dos indicadores, mediante avaliação técnica fundamentada da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º - Os afastamentos decorrentes de licença-maternidade, licença-paternidade, acidente de trabalho, licença para tratamento da própria saúde, quando garantidos por lei, serão analisados individualmente, observando-se a legislação vigente e os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.

§ 2º - A ausência injustificada ao serviço poderá implicar redução ou perda do incentivo, conforme regulamentação expedida pela Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 7º - O cálculo do valor individual observará o período de efetivo exercício do profissional na equipe durante o ciclo anual de avaliação, podendo ser realizado de forma proporcional ao tempo de atuação.

CAPÍTULO IV – Do Repasse Exclusivo por Equipe Contemplada

Artigo 8º - O Incentivo Financeiro Adicional Anual será destinado exclusivamente às equipes da Atenção Primária à Saúde contempladas com o repasse financeiro realizado pelo Ministério da Saúde, observado o desempenho obtido no Componente de Qualidade da Atenção Primária à Saúde.

§ 1º - Os recursos recebidos serão distribuídos exclusivamente entre os profissionais vinculados à equipe contemplada, vedado o repasse a equipes ou profissionais que não tenham participado da obtenção do resultado que originou o incentivo.

§ 2º - O valor individual devido a cada profissional será calculado considerando, cumulativamente:

I. O montante efetivamente transferido pelo Ministério da Saúde;
II. A classificação de desempenho da equipe;
III. O período de efetivo exercício do profissional na equipe durante o ciclo de avaliação;
IV. O cumprimento dos requisitos previstos nesta Lei.

§ 3º - Na hipótese de ingresso ou desligamento de profissional durante o ciclo anual de avaliação, o incentivo será calculado proporcionalmente ao período de efetivo exercício na equipe.

Artigo 9º - É vedada a utilização dos recursos destinados ao Incentivo Financeiro Adicional para finalidade diversa daquela prevista na Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas pela legislação federal.

Artigo 10 - Caso o valor transferido pelo Ministério da Saúde seja insuficiente para contemplar integralmente todos os profissionais elegíveis, o pagamento será realizado

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

proporcionalmente ao montante efetivamente recebido pelo Município, não cabendo complementação com recursos próprios.

CAPÍTULO V – Da Classificação de Desempenho e Percentuais de Incentivo

Artigo 11 - A distribuição do incentivo observará a classificação de desempenho divulgada oficialmente pelo Ministério da Saúde para cada equipe da Atenção Primária à Saúde.

I. Equipes com classificadas como **REGULAR** no alcance dos indicadores **não terá direito** de recebimento do incentivo adicional;

II. Equipes classificadas como **SATISFATÓRIO** no alcance dos indicadores, **receberá 50%** (cinquenta por cento) do incentivo adicional;

III. Equipes classificadas como **BOM** no alcance dos indicadores, **receberá 80%** (oitenta por cento) do incentivo adicional;

IV. Equipes classificadas como **ÓTIMO** no alcance dos indicadores, **receberá 100%** (cem por cento) do incentivo adicional.

Artigo 12 – Os percentuais de distribuição serão definidos anualmente mediante Decreto do Poder Executivo, observadas as classificações divulgadas pelo Ministério da Saúde.

Artigo 13 – O pagamento será proporcional de acordo com o desempenho e Percentual de Alcance das Metas, conforme quadro abaixo:

Alcance dos Indicadores	Percentual do Incentivo
Até 59%	Não recebe
60% a 79%	50% do valor
80% a 89%	75% do valor
90% a 100%	100% do valor

§ 1º - Serão observadas as classificações previstas pelo Ministério da Saúde para o Componente de Qualidade da Atenção Primária à Saúde.

§ 2º - Os percentuais de distribuição do incentivo entre os profissionais serão definidos mediante Decreto do Poder Executivo, observando:

I. A classificação obtida pela equipe;

II. Os critérios técnicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

III. A disponibilidade financeira decorrente do repasse federal.

§ 3º - Sempre que houver alteração na metodologia de cálculo ou classificação estabelecida pelo Ministério da Saúde, o Poder Executivo poderá adequar os critérios de distribuição mediante decreto, sem necessidade de alteração desta Lei.

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

Artigo 14 - Os recursos eventualmente não distribuídos em razão do não atendimento dos critérios estabelecidos nesta Lei permanecerão vinculados ao Fundo Municipal de Saúde, sendo aplicados exclusivamente em ações e serviços da Atenção Primária à Saúde, observadas as disposições da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e da Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024.

Parágrafo único - Em caso de não alcance dos indicadores conforme os percentuais estabelecidos para cada nível de classificação, a diferença do valor repassado às equipes será destinada a ações de qualificação para melhorias nos alcances nos próximos quadrimestres ou conforme o Art. 12-R da Portaria GM/MS nº 3.493/2024. Os recursos federais referentes aos componentes de que trata o art.22 º desta Portaria devem ser aplicados, de forma autônoma, em ações e serviços da APS, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e nas Leis Orgânicas da Saúde.

CAPÍTULO VI – Da Natureza Jurídica do Incentivo

Artigo 15 - O Incentivo Financeiro Adicional de que trata esta Lei possui natureza jurídica indenizatória, eventual, variável, precária e condicionada ao desempenho, não integrando a remuneração do servidor ou empregado público para qualquer efeito legal.

§ 1º - O incentivo não será incorporado aos vencimentos ou salários, nem servirá de base para cálculo de:

I. Férias;
II. Adicional de férias;
III. Décimo terceiro salário;
IV. Horas extraordinárias;
V. Adicional noturno;
VI. Licença-prêmio;
VII. Aposentadoria;
VIII. Pensão;
IX. Quaisquer outras vantagens remuneratórias.

§ 2º - O recebimento do incentivo não gera direito adquirido, expectativa de direito ou continuidade de pagamento em exercícios futuros.

§ 3º - O pagamento dependerá exclusivamente da existência de repasse financeiro efetuado pela União ao Município.

CAPÍTULO VII – Do Acompanhamento

Artigo 16 - A Secretaria Municipal de Saúde publicará anualmente, no Portal da Transparência do Município e no Diário Oficial, quando houver, relatório contendo:

I. O valor total recebido;
II. As equipes contempladas;
III. A classificação obtida;
IV. Os critérios utilizados para distribuição;
V. O valor destinado a cada equipe;

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

VI. O valor individual pago aos profissionais, observado o disposto na legislação relativa à proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO VIII – Das Disposições Finais

Artigo 17 - Compete à Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com o setor de Recursos Humanos o Acompanhamento do Incentivo Financeiro do Componente de Qualidade da Atenção Primária à Saúde:

I. Acompanhar os repasses financeiros efetuados pelo Ministério da Saúde;
II. Realizar a conferência dos resultados divulgados oficialmente;
III. Elaborar os cálculos para distribuição dos recursos;
IV. Encaminhar ao setor competente a relação dos profissionais aptos ao recebimento do incentivo;
V. Manter arquivada toda a documentação comprobatória dos critérios utilizados para distribuição dos recursos, para fins de fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo.

Artigo 18 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, mediante Decreto, podendo estabelecer procedimentos operacionais necessários à sua execução, especialmente quanto:

I. Aos critérios complementares de cálculo e distribuição;
II. Aos procedimentos administrativos para pagamento;
III. Aos critérios para cálculo proporcional do incentivo;
IV. Aos procedimentos de recurso administrativo;
V. Aos modelos de relatórios e demonstrativos de transparência;
VI. Aos demais procedimentos necessários ao fiel cumprimento desta Lei.

Artigo 19 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas:

I. A Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024;
II. A Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
III. A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
IV. As demais normas expedidas pelo Ministério da Saúde;
V. Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade e interesse público.

Artigo 20 - Na hipótese de alteração, revogação ou substituição da Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, permanecem válidas as disposições desta Lei, aplicando-se automaticamente as normas federais supervenientes que regulamentarem o financiamento da Atenção Primária à Saúde, desde que não contrariem esta Lei.

Artigo 21 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Fundo Municipal de Saúde, vinculadas aos recursos transferidos pela União para o financiamento da Atenção Primária à Saúde.

Artigo 22 - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as normas municipais que disciplinem matéria incompatível com esta Lei.

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

Artigo 23 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bento de Abreu, 09 de setembro de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicada na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixada em local de costume e encadernada no livro nº 37, às fls. 039 a 045, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

LEI Nº 2.051, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Institui a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Município de Bento de Abreu-SP, estabelece os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, criado pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, bem como fixa as diretrizes para o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Bento de Abreu APROVOU e ela SANCIONA a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - O Poder Público garantirá o direito à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no Município, em conformidade com o disposto nesta Lei, observadas as normas do direito estadual, nacional e internacional.

Artigo 2º - A alimentação adequada é direito básico do ser humano, indispensável à realização dos seus direitos consagrados na Constituição Federal e Estadual, cabendo ao poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional de toda a população.

§ 1º - A adoção dessas políticas e ações, deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais do Município de Bento de Abreu, com prioridade para as regiões e populações mais vulneráveis.

Artigo 3º - A Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Artigo 4º - O direito humano à alimentação adequada, objetivo primordial da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, é absoluto, intransmissível, indisponível, irrenunciável, imprescritível e de natureza extrapatrimonial.

Parágrafo Único - É dever do Poder Público todos os níveis, da família e da sociedade em geral respeitar, proteger, promover, prover e garantir a realização do direito humano à alimentação adequada.

CAPÍTULO I – DAS DIRETRIZES E OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Artigo 5º - A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, componente estratégico do desenvolvimento integrado e sustentável, tem por objetivo

promover ações e políticas destinadas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e ao desenvolvimento integral da pessoa humana.

§ 1º - A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável será implementada mediante plano integrado e intersetorial de ações do Poder Público e da sociedade.

§ 2º - A participação do setor privado nas ações a que se refere o parágrafo primeiro deste artigo será incentivada nos termos desta Lei.

Artigo 6º - A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

I. A promoção e a incorporação do direito humano à alimentação adequada nas políticas públicas;
II. A promoção do acesso à alimentação de qualidade e de modos de vida saudável;
III. A promoção da educação alimentar e nutricional;
IV. A promoção da alimentação e da nutrição materno-infanto juvenil e geriátrica;
V. O atendimento suplementar e emergencial a indivíduos ou grupos populacionais em situação de vulnerabilidade;
VI. O fortalecimento das ações de vigilância sanitária dos alimentos;
VII. O apoio à geração de trabalho e renda, especialmente de natureza associativa;
VIII. A preservação e a recuperação do meio ambiente e dos recursos hídricos;
IX. O respeito às comunidades tradicionais e aos hábitos alimentares locais;
X. A promoção da participação permanente dos diversos segmentos da sociedade civil;
XI. O apoio à agricultura familiar e à produção rural, urbana e periurbana de alimentos, com incentivo e valorização da agroecologia;
XII. A promoção de políticas integradas visando à superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero e étnicas a fim de combater a exclusão social;
XIII. A promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não governamentais.

CAPÍTULO II – DO SISTEMA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

SEÇÃO I – DA COMPOSIÇÃO

Artigo 7º - Integram o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Bento de Abreu:

I. A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CMSAN;
II. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – COMSEA Bento de Abreu;
III. A Câmara Intersecretarial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CAISAN;

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

IV. Instituições Privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, nos termos regulamentados pela Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CAISAN.

SEÇÃO II – DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Artigo 8º - A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável será realizada a cada quatro anos, mediante convocação do Prefeito Municipal.

§ 1º - A Conferência tem como objetivo apresentar proposições, diretrizes e prioridades para o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – PMSANS, bem como proceder à revisão do mesmo quando necessário.

§ 2º - A Conferência Municipal será organizada pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, conforme artigos 11,14 e 16 desta lei.

§ 3º - Cabe ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Bento de Abreu a convocação e avaliação da Conferência Municipal a cada quadriênio, respeitando regulamento próprio para tal fim.

Artigo 9º - Participarão da Conferência Municipal os membros do COMSEA e demais participantes definidos segundo normas regimentais aprovadas pelo COMSEA de Bento de Abreu.

SEÇÃO III – DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Artigo 10 - Fica reformulado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, criado pela Lei Municipal nº 1.300, de 14 de julho de 2004, que passa a denominar-se Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, sendo este denominado COMSEA Bento de Abreu, órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência, Promoção e Desenvolvimento Social, com o objetivo geral de propor diretrizes para políticas e ações voltadas à segurança alimentar e nutricional sustentável, em conformidade com as diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Artigo 11 - Compete ao COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Bento de Abreu:

I. Propor as diretrizes da política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;

II. Aprovar o Plano Municipal de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável em consonância com as Leis Federal e Estadual que criam as respectivas políticas em seus âmbitos;

III. Contribuir na integração do Plano Municipal com os programas de combate à fome e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, instituídos pelos governos estadual e federal;

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

IV. Apoiar a atuação integrada dos órgãos governamentais e das organizações da sociedade civil envolvidos nas ações de promoção da alimentação saudável e de combate às causas e aos males da fome;

V. Estimular a garantia da mobilização e da racionalização no uso dos recursos disponíveis;

VI. Sugerir a realização de campanhas de educação alimentar e de formação de opinião pública sobre o direito à alimentação adequada;

VII. Realizar, promover e apoiar estudos que fundamentam as propostas ligadas à segurança alimentar nutricional sustentável;

VIII. Organizar e implementar a cada quatro anos a Conferência Municipal de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável;

IX. Sugerir anualmente, para inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, os projetos e ações prioritárias do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;

X. Incentivar o desenvolvimento de pesquisas e a capacitação de recursos humanos;

XI. Elaborar diagnóstico da situação de insegurança alimentar, a realização do monitoramento e a aferição dos resultados obtidos, mediante identificação e acompanhamento de indicadores;

XII. Estabelecer relações de cooperação com os conselhos municipais afins à segurança alimentar nutricional e sustentável, bem como os conselhos da região e com o COMSEA Estadual e Nacional;

XIII. Elaborar e dispor sobre seu Regimento Interno;

XIV. Fiscalizar quando necessário o Poder Público, tal como, a sociedade civil em geral acerca do desenvolvimento de Programas e Projetos Vinculados a Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;

XV. Buscar parcerias públicas e privadas para elaboração e execução de projetos ou programas, estudos e pesquisas concernentes a Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;

XVI. Criar Grupos de Trabalho (GT), de acordo a necessidade, disciplinados pelo Regimento Interno para desenvolver os estudos necessários em assuntos específicos, com prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório final ao plenário, podendo contar com assessoramento técnico especializado;

XVII. Propor formas de captação de recursos para implantação desta política no Município, emitindo parecer relativo a financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos que visem combater a insegurança alimentar.

Parágrafo Único - O COMSEA Bento de Abreu poderá solicitar aos órgãos e às entidades da administração pública municipal dados, informações e colaboração para o desenvolvimento de suas atribuições.

Artigo 12 - O COMSEA Municipal de Bento de Abreu manterá diálogo permanente com a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Bento de Abreu – CAISAN Bento de Abreu, para proposição das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Artigo 13 - O COMSEA Bento de Abreu norteia-se pelos seguintes princípios:

I. Promoção do direito humano à alimentação adequada;

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

II. Integração das ações dos poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal;
III. Articulação com as entidades representativas da sociedade e com os organismos nacionais e internacionais de cooperação;
IV. Promoção equitativa dos recursos públicos referentes à política no Município visando à erradicação da pobreza;
V. Controle Social das políticas de segurança alimentar e nutricional sustentável propostas e/ou acompanhadas pelo COMSEA.

Artigo 14 - O COMSEA estrutura-se através de:
I. Assembleia Geral (Ordinárias ou Extraordinárias);
II. Mesa Diretora;
III. Grupos de trabalho;

Artigo 15 - O COMSEA reunir-se-á por meio de Assembleia Ordinária bimestralmente perante a maioria de seus membros, ou com qualquer quórum trinta minutos após a hora marcada. Poderá se reunir em sessões extraordinárias por convocação de seu presidente ou pelos conselheiros desde que autorizado pelo presidente.

§ 1º - As decisões do COMSEA serão tomadas por maioria simples de votos, exceto em se tratando de alteração do Regimento Interno, caso em que serão necessários os votos da maioria absoluta de seus membros.

§ 2º - Quando das Assembleias, serão convocados os titulares e, também, os suplentes. Os suplentes terão direito à voz mesmo quando da presença dos titulares, e, direito à voz e voto quando da ausência daquele.

§ 3º - A Mesa Diretora poderá convidar para participação nas Assembleias pessoas e ou/entidades de notório saber, quando julgar necessário;

§ 4º - As Assembleias do COMSEA Bento de Abreu têm caráter público, podendo, assim, participar convidados e observadores – representantes de órgãos ou entidades de ação municipal e regional, sem direito a voto.

Artigo 16 - O COMSEA poderá criar Grupos de Trabalho – GTs, de acordo a necessidade com a seguinte competência:
I. Fornecer subsídios às políticas de implantação de projetos e demais políticas de ação de que trata esta lei, na respectiva área;
II. Participar da programação geral do Conselho;
III. Elaborar estudos e diagnósticos, conforme definido pelo seu Regimento Interno.

Parágrafo Único: A atuação dos Grupos de Trabalho compreenderá todas as áreas que direta ou indiretamente se relacionam com a Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Artigo 17 - Os Grupos de Trabalho – GTs serão compostos por, no mínimo, dois componentes, podendo ser conselheiros titulares, suplentes e outros colaboradores interessados.

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

Parágrafo Único: As formas de estruturação, composição e registro de ações dos Grupos de Trabalho serão definidas pelo Regimento Interno do COMSEA.

Artigo 18 - O COMSEA Bento de Abreu será composto por representantes do poder público, da sociedade civil organizada e de entidades que atuam na segurança alimentar, sendo esses: representantes do poder público, representantes de entidades ou instituições que atuam em segurança alimentar (igrejas, sindicatos, cooperativas, ONGs, etc.), representantes da sociedade civil organizada.

§ 1º - Quatro membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

a) Secretaria Municipal de Educação – 1 representante;
b) Secretaria Municipal de Saúde – 1 representante;
c) Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – 1 representante;
d) Secretaria Municipal de Agricultura – 1 representante;

§ 2º - Quatro membros titulares e respectivos suplentes representando as entidades sociais, movimentos populares, associações de bairros ou organizações religiosas com atuação no município, conforme a seguinte distribuição:

a) Produtores Rurais e/ou Cooperativas e/ou Agricultores(as) Familiares – 2 (dois) representantes;

b) Organizações da sociedade civil, movimentos populares ou entidades religiosas que desenvolvam ações de segurança alimentar ou atendimento a grupos vulneráveis – 2 (dois) representantes.

§ 3º - As instituições, associações, sindicatos, organizações representadas no COMSEA Bento de Abreu deverão ter efetiva atuação no município, especialmente, as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular.

§ 4º - Para cada representante titular haverá a indicação de um suplente, que no caso de impedimento do titular, o substituirá nas reuniões do COMSEA.

§ 5º - O mandato dos membros do COMSEA Bento de Abreu será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período e, substituição a qualquer tempo, em complementação ao mandato vigente.

§ 6º - Os membros representantes do Poder Público serão designados pelo Prefeito, e publicado junto com as indicações em imprensa oficial.

§ 7º - A ausência nas Assembleias deve ser justificada por meio comunicação por escrito com antecedência de no mínimo três dias, ou três dias posteriores à sessão.

§ 8º - A falta injustificada a três reuniões consecutivas ou quatro alternadas implica a perda do mandato de conselheiro.

§ 9º - A perda do mandato do conselheiro será comunicada por ato formal do Conselho ao órgão da entidade que representa e a Gestão Municipal.

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

Artigo 19 - A Mesa Diretora será eleita pelos conselheiros em Assembleia Ordinária convocada para este fim, pelo voto da maioria de seus integrantes, na forma prevista em Regimento Interno, com a seguinte composição:

a) Presidente;
b) Vice-Presidente.

§ 1º - A Presidência do Conselho caberá obrigatoriamente a um representante da sociedade civil, escolhido por seus pares.

§ 2º - A Secretaria Executiva do COMSEA será provida pela Secretaria Municipal de Assistência, Promoção e Desenvolvimento Social, que designará servidor para prestar o suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho.

Artigo 20 - Compete à Mesa Diretora:

I. Elaborar e definir a programação geral do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;

II. Incentivar e garantir a integração de todas as equipes na definição das diretrizes políticas e da programação geral do Conselho;

III. Propor estrutura administrativa do Conselho;

IV. Elaborar o Regimento Interno do Conselho para ser apresentado e votado por todos os/as conselheiros/as;

V. Convocar as Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e as reuniões Assembleias mensais do Conselho, definindo as pautas concernentes a tais eventos, de acordo com seu Regimento Interno.

§ 1º - A convocação de encontros e assembleias bimestrais será enviada a todas as entidades que compõem a Assembleia Geral e o aviso afixado em local próprio com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência de sua realização.

§ 2º - As assembleias bimestrais serão abertas à participação de todas as pessoas interessadas, nos termos da legislação vigente, da lei de criação do Conselho e Regimento Interno.

Artigo 21 - Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades da sociedade civil.

§ 1º - O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 2º - O Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse na Segurança Alimentar e Nutricional.

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

Artigo 22 - Compete ao Presidente do COMSEA:

I. Representar o Conselho em suas relações com terceiros;
II. Dar posse aos membros do COMSEA;
III. Definir a pauta, abrir, orientar e encerrar as reuniões;
IV. Indicar o Secretário Executivo;
V. Cumprir as determinações soberanas do plenário, oficiando os destinatários e prestando contas da sua Agenda na reunião seguinte;
VI. Cumprir e fazer cumprir esta Lei, bem como o Regimento Interno a ser aprovado por dois terços dos seus Membros; e,
VII. Proferir o seu voto apenas para desempate.

Artigo 23 - Compete ao Secretário Executivo:

I. Auxiliar o Presidente na definição das pautas;
II. Elaborar e distribuir a Ata das reuniões;
III. Organizar o arquivo e o controle dos assuntos pendentes, gerindo a Secretaria e o Expediente;
IV. Controlar o vencimento dos mandatos dos membros do COMSEA;
V. Prover todas as necessidades burocráticas; e,
VI. Dirigir os trabalhos do Presidente na reunião, na ausência deste último.

Artigo 24 - Compete aos Membros do COMSEA:

I. Comparecer às reuniões quando convocados;
II. Em escrutínio secreto, eleger o Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.
III. Deliberar sobre assuntos pertinentes ao COMSEA;

Artigo 25 - O COMSEA Bento de Abreu será regulamentado por meio de Decreto Municipal onde serão designados os/as conselheiros/as com seus respectivos suplentes.

Artigo 26 - A participação dos/as conselheiros/as no COMSEA não será remunerada, sendo considerada como relevante serviço ao município.

Artigo 27 - O COMSEA poderá realizar reuniões com os/as representantes de outros conselhos afins para discutir sobre a temática, de modo a promover a intersetorialidade.

SEÇÃO IV – DA CÂMARA INTERSECRETARIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Artigo 28 - São atribuições da Câmara Intersecretarial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CAISAN, dentre outras afins:

I. Elaborar, a partir das diretrizes e prioridades emanadas da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CMSAN e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável – COMSEA Bento de Abreu, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;
II. Coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

III. Monitorar, avaliar e prestar contas da execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Parágrafo único: A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CAISAN Municipal, será regulamentada por Decreto do Poder Executivo, respeitada a legislação aplicável.

Artigo 29 - A cadeira de titular na CAISAN Bento de Abreu será ocupada, obrigatoriamente, pelos secretários municipais cujas competências e atribuições estejam afetas à consecução da segurança alimentar nutricional.

SEÇÃO V – DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Artigo 30 - O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PLANSAN), a ser elaborado pela CAISAN Municipal com base nas prioridades estabelecidas pelo COMSEA e nas deliberações da Conferência Municipal, será o principal instrumento de planejamento e execução da Política Municipal.

§ 1º - O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável terá vigência de 4 (quatro) anos, devendo sua elaboração e vigência estarem em consonância com o Plano Plurianual (PPA) do Município.

§ 2º - O Plano será revisado a cada 2 (dois) anos para monitoramento de metas e atualização de indicadores, garantindo a continuidade das ações de combate à insegurança alimentar.

Artigo 31 - Após a criação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, o mesmo, no âmbito do PPA – Plano Plurianual, deverá:

I. Identificar estratégias, ações e metas a serem implementadas segundo cronograma definido;

II. Indicar as fontes orçamentárias e os recursos técnicos, financeiros e administrativos a serem alocados para a concretização do direito humano à alimentação adequada;

III. Criar condições efetivas de infraestrutura e recursos humanos que permitam o atendimento ao direito humano à alimentação adequada;

IV. Definir e estabelecer formas de monitoramento mediante a identificação e o acompanhamento de indicadores de vigilância alimentar e nutricional;

V. Propiciar um processo de monitoramento mais eficaz.

Artigo 32 - O Poder Executivo, deverá articular ações, projetos e programas relativos à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável para garantir a intersetorialidade com as diversas políticas implementadas no município, competindo-lhe:

I. Articular as ações do Poder Público no campo da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;

II. Elaborar, a partir das deliberações emanadas da Conferência Municipal, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

III. Elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da segurança alimentar e nutricional sustentável;

IV. Subsidiar o COMSEA Bento de Abreu com relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução financeira dos recursos alocados para a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;

V. Promover e desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar as análises de necessidades e formulação de proposições da área.

SEÇÃO VI – DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Artigo 33 - O Poder Executivo deverá incentivar e potencializar as ações e experiências das organizações da sociedade civil que promovam a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

CAPITULO III – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária própria consignada no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 35 - O Prefeito Municipal editará norma regulamentando a presente Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 36 - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Bento de Abreu, 09 de setembro de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicada na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixada em local de costume e encadernada no livro nº 37, às fls. 046 a 055, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

LEI Nº 2.052, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, reorganiza o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, revoga as Leis Municipais nº 855, de 18 de fevereiro de 1993 e nº 1.079, de 11 de maio de 1998 e dá outras providências.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Bento de Abreu APROVOU e ela SANCIONA a seguinte Lei:

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação, em conformidade com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Artigo 2º - A Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente observará os seguintes princípios:

I. proteção integral;
II. prioridade absoluta;
III. interesse superior da criança;
IV. participação da criança e do adolescente;
V. descentralização político-administrativa;
VI. intersetorialidade;
VII. universalidade;
VIII. equidade;
IX. fortalecimento da convivência familiar e comunitária;
X. participação popular e controle social;
XI. transparência;
XII. municipalização do atendimento.

Artigo 3º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito do Município de Bento de Abreu, far-se-á através de:

I. Políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;
II. Políticas e programas de assistência social em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitarem;
III. Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
IV. Serviços de identificação e localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;
V. Proteção jurídico-social;

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

VI. Ações destinadas à promoção da primeira infância, prevenção das violências e fortalecimento da convivência familiar e comunitária.

Artigo 4º - O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Artigo 5º - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida através dos seguintes órgãos e instâncias:

I. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
II. Conselho Tutelar;
III. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA;
IV. Demais órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

TÍTULO II – DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CAPÍTULO I – DA NATUREZA E COMPETÊNCIAS

Artigo 6º - Fica reorganizado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, órgão colegiado, deliberativo, controlador e fiscalizador da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, de composição paritária e caráter permanente, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência, Promoção e Desenvolvimento Social.

Artigo 7º - Compete ao CMDCA:

I. formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, fixando prioridades para a execução das ações e aplicação dos recursos;
II. elaborar e acompanhar o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município;
III. elaborar e atualizar periodicamente o Diagnóstico Municipal da Situação da Criança e do Adolescente;
IV. acompanhar os indicadores municipais relacionados à infância e adolescência;
V. acompanhar a execução do Plano Municipal da Primeira Infância;
VI. monitorar e avaliar as políticas públicas municipais destinadas à criança e ao adolescente;
VII. acompanhar o Orçamento da Infância e Adolescência no âmbito municipal;
VIII. deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, aprovando o Plano de Ação e Aplicação e os editais de chamamento público;
IX. gerir, juntamente com o Gestor do Fundo, o FMDCA;
X. registrar, fiscalizar e avaliar as entidades de atendimento que desenvolvam programas de proteção e socioeducativos, nos termos dos arts. 90 e 91 do ECA;
XI. registrar os programas de acolhimento institucional e familiar;
XII. conceder e renovar certificação às entidades registradas;
XIII. cancelar o registro de entidades que descumprirem as exigências legais;

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

XIV. acompanhar o funcionamento e a atuação do Conselho Tutelar;

XV. regulamentar e organizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, quando não houver lei específica;

XVI. convocar ordinariamente a cada dois anos e extraordinariamente sempre que necessário a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XVII. divulgar os direitos da criança e do adolescente e promover campanhas educativas;

XVIII. deliberar sobre campanhas de arrecadação de recursos para o Fundo;

XIX. solicitar informações e documentos a órgãos públicos municipais, estaduais e federais;

XX. emitir recomendações aos órgãos públicos e entidades privadas;

XXI. receber e encaminhar denúncias sobre violação de direitos, omissão, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão contra crianças e adolescentes;

XXII. promover a integração da Rede de Proteção para implementação da Escuta Especializada, nos termos da Lei Federal nº 13.431/2017;

XXIII. promover encontros periódicos com entidades e instituições dedicadas ao atendimento de crianças e adolescentes;

XXIV. elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XXV. eleger sua Mesa Diretora.

CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO E MANDATO

Artigo 8º - O CMDCA será composto paritariamente por 16 (dezesseis) membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I. 08 (oito) representantes do Poder Público Municipal, indicados pelo Prefeito, dentre servidores públicos municipais efetivos lotados nos respectivos órgãos:

a) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

b) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;

c) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer;

d) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência, Promoção e Desenvolvimento Social;

II. 08 (oito) representantes da Sociedade Civil, escolhidos em processo eleitoral público, documentado e amplamente divulgado, por meio de organizações ou entidades representativas, assim distribuídos:

a) 01 (um) representante de entidades de atendimento à criança e ao adolescente;

b) 01 (um) representante de organizações da sociedade civil;

c) 01 (um) representante de entidades religiosas;

d) 01 (um) representante de associações comunitárias e/ou de moradores;

e) 01 (um) representante de entidades empresariais e/ou profissionais;

f) 01 (um) representante de instituições de ensino superior e/ou técnico;

g) 01 (um) representante de organizações juvenis ou de usuários dos serviços;

h) 01 (um) representante de organizações ou entidades representativas de pais, responsáveis e familiares de crianças e adolescentes

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

Artigo 9º - A designação dos membros do CMDCA e respectivos suplentes será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, após indicação dos segmentos representados.

Artigo 10 - Os representantes do Poder Público serão indicados no prazo de 15 (quinze) dias contados da solicitação do Prefeito.

Artigo 11 - Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos em processo público, documentado e com ampla divulgação, sob coordenação do CMDCA vigente.

Artigo 12 - O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por uma única vez e por igual período.

Artigo 13 - A função de membro do CMDCA é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Artigo 14 - A ausência injustificada por 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas no período de 12 (doze) meses implicará perda automática do mandato, assumindo o respectivo suplente.

CAPÍTULO III – DO FUNCIONAMENTO E MESA DIRETORA

Artigo 15 - O CMDCA reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado.

Artigo 16 - O CMDCA elegerá entre seus membros a Mesa Diretora, composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, com mandato de 02 (dois) anos, coincidente com o mandato do Conselho.

§ 1º - O Presidente do CMDCA terá voto de qualidade em caso de empate.

§ 2º - A Presidência e a Vice-Presidência da Mesa Diretora serão exercidas alternadamente entre representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, garantindo a alternância a cada mandato.

Artigo 17 - O Regimento Interno, elaborado e aprovado pelo Plenário do CMDCA, disporá sobre o funcionamento, o processo eleitoral e as atribuições regimentais.

Artigo 18 - A Prefeitura Municipal disponibilizará infraestrutura física, materiais e servidores administrativos para o funcionamento do CMDCA.

Artigo 19 - A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada sempre que convocada pelo CONANDA ou, extraordinariamente, pelo CMDCA.

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

TÍTULO III – DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA

CAPÍTULO I – DA NATUREZA E RECEITAS

Artigo 20 - Fica reorganizado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao CMDCA, com a finalidade de captar, repassar e aplicar recursos destinados ao financiamento das ações da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Artigo 21 - O FMDCA terá inscrição própria no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, sob a natureza jurídica de Fundo Público da Administração Direta Municipal (código 133-3), e conta bancária específica, aberta exclusivamente em instituição financeira oficial.

Artigo 22 - Constituem receitas do FMDCA:

I. dotações orçamentárias do Município, Estados e União;
II. doações, contribuições e legados de pessoas físicas e jurídicas;
III. doações incentivadas do Imposto de Renda;
IV. transferências de entidades públicas e privadas;
V. recursos provenientes dos Conselhos Nacional e Estadual;
VI. multas e penalidades previstas nos artigos 228 e 258 do ECA;
VII. rendimentos de aplicações financeiras;
VIII. valores de campanhas de arrecadação;
IX. produto de alienação de bens incorporados ao patrimônio do Fundo;
X. quaisquer outros recursos que lhe forem destinados;
XI. recursos oriundos de Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados perante o Ministério Público;
XII. indenizações judiciais determinadas em ações que envolvam direitos da criança e do adolescente;
XIII. recursos provenientes de penas pecuniárias, quando autorizados judicialmente.

CAPÍTULO II - DA GESTÃO E APLICAÇÃO

Artigo 23 - O FMDCA será administrado pelo Secretário Municipal de Assistência, Promoção e Desenvolvimento Social, que atuará como Gestor do Fundo.

Artigo 24 - Compete ao Gestor do Fundo:

I. executar a movimentação financeira em conjunto com o Tesoureiro Municipal, mediante assinatura conjunta e solidária;
II. manter o controle escritural das receitas e despesas;
III. elaborar e submeter ao CMDCA o Plano de Ação e Aplicação dos Recursos;
IV. prestar contas dos recursos geridos, mensalmente ao CMDCA e anualmente ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal, por meio de balancetes e relatórios;
V. fornecer informações à Receita Federal para manutenção do cadastro do Fundo;

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

VI. acompanhar a formalização de parcerias, convênios e termos de fomento com entidades beneficiadas;
VII. promover a captação de recursos junto a pessoas físicas e jurídicas.

Artigo 25 - O Gestor do Fundo responderá na forma da legislação financeira, administrativa e de improbidade administrativa pela correta aplicação dos recursos.

Artigo 26 - O Gestor do Fundo não poderá ser membro do CMDCA, para assegurar a segregação entre as funções deliberativa e executiva.

Artigo 27 - O Plano de Ação e Aplicação dos recursos do FMDCA conterá, no mínimo:

I. prioridades definidas pelo CMDCA;
II. metas e resultados esperados;
III. ações e projetos a serem financiados;
IV. cronograma de execução;
V. critérios objetivos para seleção de projetos;
VI. indicadores de monitoramento e avaliação;
VII. mecanismos de prestação de contas e transparência.

Parágrafo único - O Plano de Ação e Aplicação será publicado no Portal da Transparência do Município.

Artigo 28 - A destinação de recursos do FMDCA a organizações da sociedade civil será precedida de edital público de chamamento aprovado pelo CMDCA, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Artigo 29 - Os recursos do FMDCA não poderão ser utilizados para despesas de custeio administrativo da Prefeitura Municipal ou do próprio CMDCA, salvo despesas diretamente vinculadas à execução dos projetos aprovados.

Artigo 30 - A movimentação da conta bancária será feita exclusivamente com a assinatura conjunta do Gestor do Fundo e do Tesoureiro Municipal.

§ 1º - Em caso de impedimento eventual de um dos signatários, poderá ser designado substituto pelo respectivo órgão, vedada a movimentação por apenas uma pessoa.

§ 2º - Fica vedada a movimentação dos recursos do FMDCA mediante utilização de CNPJ da Prefeitura Municipal, devendo ser utilizado exclusivamente o CNPJ próprio do Fundo.

Artigo 31 - O Gestor do Fundo prestará contas mensalmente ao CMDCA, e anualmente à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Parágrafo único - As prestações de contas do FMDCA serão disponibilizadas no Portal da Transparência do Município, garantindo o acesso público e o controle social.

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

TÍTULO IV – DO REGISTRO DE ENTIDADES E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Artigo 32 - As entidades de atendimento que desenvolvam programas de proteção e socioeducativos, nos termos dos artigos 90 e 91 do ECA, deverão inscrever-se no CMDCA.

Artigo 33 - O registro de que trata o artigo anterior será concedido mediante apresentação de:

I. estatuto social registrado em cartório;
II. comprovação de funcionamento regular por no mínimo 06 (seis) meses;
III. identificação de dirigentes e responsáveis técnicos;
IV. descrição dos programas e serviços oferecidos;
V. demonstração da capacidade técnica e operacional;
VI. certidões negativas municipal, estadual e federal.

Artigo 34 - O registro terá validade de 02 (dois) anos, devendo ser renovado mediante comprovação da continuidade das atividades e regularidade fiscal.

Artigo 35 - A certificação de que trata o Art. 7º, XII será concedida pelo CMDCA às entidades registradas que comprovarem:

I. regularidade fiscal e trabalhista;
II. capacidade técnica e operacional para execução dos projetos;
III. idoneidade de seus dirigentes;
IV. conformidade com o Plano de Ação e Aplicação do FMDCA.

§ 1º - A certificação terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser renovada.

§ 2º - O CMDCA poderá suspender ou cancelar a certificação a qualquer tempo, mediante processo administrativo, em caso de irregularidade na aplicação de recursos ou descumprimento das obrigações legais.

Artigo 36 - O CMDCA fiscalizará periodicamente as entidades registradas, podendo cancelar o registro em caso de:

I. comprovada irregularidade na execução dos programas;
II. descumprimento das obrigações legais e estatutárias;
III. utilização irregular de recursos públicos;
IV. cessação das atividades.

TÍTULO V – DO CONSELHO TUTELAR

Artigo 37 - O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, nos termos do art. 131 do ECA.

Artigo 38 - O Conselho Tutelar será vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência, Promoção e Desenvolvimento Social, sem prejuízo de sua autonomia funcional.

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

Artigo 39 - O Município assegurará ao Conselho Tutelar:

I. infraestrutura física adequada ao atendimento público;
II. recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento;
III. veículo para deslocamento;
IV. linha telefônica e meios eletrônicos de comunicação;
V. formação continuada aos conselheiros tutelares e equipe de apoio;
VI. orçamento específico para seu custeio.

Artigo 40 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será regulamentado por lei municipal específica, observadas as diretrizes do CONANDA.

Artigo 41 – O mandato dos conselheiros tutelares será de 04 (quatro) anos, permitida a recondução por novos processos de escolha, nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

TÍTULO VI – DA PRIMEIRA INFÂNCIA, ESCUTA ESPECIALIZADA E TRANSPARÊNCIA

Artigo 42 - O Município observará, na implementação das políticas públicas destinadas às crianças de 0 (zero) a 06 (seis) anos, as diretrizes da Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância), especialmente quanto à prioridade absoluta, à intersetorialidade e à participação familiar.

Artigo 43 - O Município promoverá a integração da Rede de Proteção para implementação do protocolo de Escuta Especializada previsto na Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, garantindo o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sem revitimização.

Artigo 44 - O CMDCA manterá em meio eletrônico de livre acesso, preferencialmente no Portal da Transparência do Município:

I. atas das reuniões;
II. resoluções e deliberações;
III. editais de chamamento público e resultados;
IV. prestações de contas do FMDCA;
V. Plano de Ação e Aplicação do Fundo;
VI. relação de entidades registradas e certificadas;
VII. projetos e programas financiados;
VIII. composição dos membros do Conselho.

TÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 45 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I. Proceder à abertura de CNPJ próprio para o FMDCA junto à Receita Federal do Brasil, tendo o Secretário Municipal de Assistência, Promoção e Desenvolvimento Social como representante legal perante o cadastro;
II. Abrir conta bancária específica do FMDCA em instituição financeira oficial;
III. Realizar o cadastro do FMDCA junto ao Governo Federal para habilitação ao recebimento de doações incentivadas do Imposto de Renda;

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

IV. Promover as adequações orçamentárias necessárias ao cumprimento desta Lei.

Artigo 46 - No prazo de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo editará decreto regulamentando os procedimentos operacionais do FMDCA.

Artigo 47 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares para a execução desta Lei.

Artigo 48 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas expressamente as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 855, de 18 de fevereiro de 1993, e a Lei Municipal nº 1.079, de 11 de maio de 1998.

Bento de Abreu, 09 de setembro de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicada na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixada em local de costume e encadernada no livro nº 37, às fls. 056 a 064, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

LEI Nº 2.053, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Institui o Cadastro Municipal de Protetores Independentes de Animais no Município de Bento de Abreu, reconhece a atividade voluntária de cuidado animal e dá outras providências.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Bento de Abreu APROVOU e ela SANCIONA a seguinte Lei:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Fica instituído o Cadastro Municipal de Protetores Independentes de Animais (CMPIA) no âmbito do Município de Bento de Abreu, com o objetivo de identificar, reconhecer e apoiar as pessoas físicas que, voluntariamente e sem fins lucrativos, atuam na proteção, resgate, acolhimento e cuidado de animais em situação de vulnerabilidade.

Artigo 2º - Para os fins desta Lei, considera-se:

I. Protetor Independente de Animais: a pessoa física que, de forma voluntária, habitual e sem remuneração, realiza atividades de resgate, acolhimento temporário, tratamento e reintegração de animais em situação de abandono ou risco, podendo também atuar em ações de conscientização sobre bem-estar animal;

II. Animal em situação de vulnerabilidade: aquele em estado de abandono, maus-tratos, risco iminente ou sem tutor definido;

III. Cadastro Municipal: o registro oficial mantido pelo Município para identificação e reconhecimento dos protetores independentes atuantes em Bento de Abreu.

CAPÍTULO II – DO CADASTRO MUNICIPAL DE PROTETORES INDEPENDENTES

Artigo 3º - Poderá inscrever-se no Cadastro Municipal de Protetores Independentes de Animais a pessoa física que preencher os seguintes requisitos:

I. ser maior de 18 (dezoito) anos;

II. residir no Município de Bento de Abreu;

III. comprovar atuação voluntária e habitual na proteção e cuidado de animais há pelo menos 12 (doze) meses, mediante relato escrito e fotografias ou testemunhas;

IV. não possuir antecedentes criminais por maus-tratos a animais;

V. assinar Termo de Compromisso e Responsabilidade, conforme modelo fornecido pelo Município;

VI. consentir com visita técnica ao local onde os animais são mantidos, para verificação das condições de bem-estar animal.

Artigo 4º - O cadastro terá validade de 12 (doze) meses, renovável mediante comprovação da continuidade das atividades.

Artigo 5º - O Poder Executivo regulamentará, no prazo de 90 (noventa) dias, os procedimentos para inscrição, renovação e fiscalização do cadastro.

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

CAPÍTULO III – DOS DIREITOS E BENEFÍCIOS

Artigo 6º - São direitos dos protetores independentes cadastrados:

I - obter certidão ou carteira de identificação de Protetor Independente de Animais, para fins de comprovação da atividade;

II - participar de programas municipais de castração gratuita, observada a disponibilidade orçamentária;

III - receber atendimento veterinário prioritário para os animais sob sua tutela, nos programas mantidos pelo Município, quando houver;

IV - ter acesso ao Banco de Rações Municipal, se criado;

V - utilizar bens móveis do Município (como veículos) mediante Termo de Cessão de Uso específico, autorizado pelo Chefe do Executivo, para fins exclusivos de resgate, transporte e atendimento veterinário de animais;

VI - utilizar bens imóveis do Município (como terrenos) mediante Termo de Permissão de Uso a título gratuito, para abrigo temporário e tratamento de animais;

VII - firmar Termo de Colaboração ou Acordo de Cooperação com o Município, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC), caso constitua associação sem fins lucrativos.

§ 1º - Os benefícios previstos neste artigo não constituem direito adquirido, dependendo da disponibilidade orçamentária e financeira do Município e de ato discricionário do Chefe do Executivo.

§ 2º - A utilização de veículo ou imóvel municipal será formalizada por instrumento próprio, com prazo determinado e prestação de contas periódica.

CAPÍTULO IV – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES

Artigo 7º - São deveres do protetor independente cadastrado:

I. exercer a atividade com dignidade, responsabilidade e respeito aos animais e à comunidade;

II. garantir condições adequadas de abrigo, alimentação, higiene e saúde aos animais sob sua tutela;

III. manter registro atualizado dos animais acolhidos, tratados e destinados para adoção;

IV. prestar contas ao Município, sempre que solicitado, sobre a utilização de bens públicos ou participação em programas municipais;

V. comunicar imediatamente ao órgão municipal competente casos de maus-tratos ou abandono de animais;

VI. não cobrar ou receber vantagens pessoais sobre serviços públicos gratuitos obtidos por meio do cadastro;

VII. renovar o cadastro dentro do prazo de validade.

CAPÍTULO V – DA RESPONSABILIDADE DO PROTETOR E EXCLUSÃO DO MUNICÍPIO

Artigo 8º - O Protetor Independente de Animais devidamente cadastrado assume integral responsabilidade pelo desenvolvimento de sua atividade, pela guarda, bem-estar e

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

destinação dos animais sob sua tutela, bem como pela veracidade das informações e documentos apresentados.

Artigo 9 - O cadastro como Protetor Independente de Animais não gera vínculo empregatício, funcional, hierárquico ou obrigacional de qualquer natureza entre o cadastrado e a Administração Pública Municipal.

Artigo 10 - A cessão de bens móveis ou imóveis do Município ao protetor cadastrado não transfere a propriedade nem cria direito real, constituindo mera autorização precária e revogável a qualquer tempo, por ato discricionário do Chefe do Executivo.

CAPÍTULO VI – DO CANCELAMENTO DO CADASTRO

Artigo 11 - O cadastro será cancelado nas seguintes hipóteses:

I. descumprimento dos deveres previstos nesta Lei;
II. prática de maus-tratos a animais, comprovada em processo administrativo ou judicial;
III. utilização dos benefícios municipais para fins diversos da proteção animal;
IV. fornecimento de informações falsas no momento da inscrição ou renovação;
V. condenação criminal por crime de maus-tratos a animais (art. 32 da Lei Federal nº 9.605/1998);
VI. requerimento do próprio protetor.

Parágrafo único - O cancelamento será precedido de notificação ao protetor, garantido o contraditório e a ampla defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 12 - O Poder Executivo poderá firmar Termos de Colaboração, Termos de Fomento ou Acordos de Cooperação com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que atuem na causa animal, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Artigo 13 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias.

Artigo 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bento de Abreu, 09 de setembro de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicada na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixada em local de costume e encadernada no livro nº 37, às fls. 065 a 067, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

LEI Nº 2.054, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Bento de Abreu APROVOU e ela SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 842.000,00 (oitocentos e quarenta e dois mil reais), observadas as seguintes classificações orçamentárias:

EXCESSO

020101		GABINETE		
20	04.122.0002.2004.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades do Gabinete		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	15.000,00
020102		PROCURADORIA		
24	04.122.0002.2005.0000	GESTÃO E ADMINISTRÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades da Procuradoria		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	32.000,00
020103		JUNTA DO SERVIÇO MILITAR		
33	04.122.0002.2006.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção da Junta do Serviço Militar		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	5.000,00
020201		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		
60	04.122.0002.2008.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades Administrativas		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	10.000,00
63	04.122.0002.2008.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades Administrativas		
	3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção.....	R$	10.000,00
68	04.122.0002.2008.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades Administrativas		
	3.3.90.39.19	Manutenção e Conservação de Veículos	R$	10.000,00

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

020208		SETOR DE OBRAS PÚBLICAS		
73	15.451.0004.2039.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA-ESTRUTURA Manutenção das Atividades de Obras Públicas		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	R$	20.000,00
75	15.451.0004.2039.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA-ESTRUTURA Manutenção das Atividades de Obras Públicas		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	10.000,00
020209		SETOR DE SERVIÇOS URBANOS		
92	15.452.0004.2290.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA-ESTRUTURA Manutenção das Atividades de Serviços Urbanos		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
020211		SETOR DE ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO		
114	04.451.0004.2038.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA-ESTRUTURA Manutenção das Atividades de Engenharia e Fiscalização		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
020401		SETOR DE ENSINO		
133	12.306.0006.2024.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção da Distribuição da Merenda Escolar		
	3.3.90.30.07	Gêneros de Alimentação.....	R$	15.000,00
134	12.306.0006.2024.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção da Distribuição da Merenda Escolar		
	3.3.90.30.07	Gêneros de Alimentação.....	R$	10.000,00
140	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção do Ensino Regular		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	30.000,00
146	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	20.000,00

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9200
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

151	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção.....	R$	5.000,00
168	12.365.0006.2018.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades da Creche		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	80.000,00
170	12.365.0006.2018.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades da Creche		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	R$	30.000,00
178	12.365.0006.2019.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades da EMEI		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	50.000,00
180	12.365.0006.2019.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades da EMEI		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	20.000,00
184	12.365.0006.2019.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades da EMEI		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	10.000,00
020501		SETOR DE ESPORTES		
193	27.812.0008.2028.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURÍSTICAS Manutenção das Atividades Esportivas		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	10.000,00
197	27.812.0008.2028.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURÍSTICAS Manutenção das Atividades Esportivas		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
020503		SETOR DE CULTURA		
209	13.392.0008.2030.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURÍSTICAS Manutenção das Atividades Culturais		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	50.000,00

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

216	13.392.0008.2030.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURÍSTICAS		
		Manutenção das Atividades Culturais		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
020701		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
254	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	30.000,00
259	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	20.000,00
261	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	15.000,00
268	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção.....	R$	10.000,00
020801		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
309	08.244.0003.2035.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção da Gestão Administrativa do FMAS		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$	20.000,00
311	08.244.0003.2035.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção da Gestão Administrativa do FMAS		
	3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção.....	R$	10.000,00
322	08.244.0003.2283.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção do Bloco de gestão do Programa Bolsa Família e CADÚNICO		
	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	R$	15.000,00
329	08.244.0003.2295.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	10.000,00
331	08.244.0003.2295.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	10.000,00

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

ANULAÇÃO

020209		SETOR DE SERVIÇOS URBANOS	
92	15.452.0004.2290.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA-ESTRUTURA	
		Manutenção das Atividades de Serviços Urbanos	
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 220.000,00
		TOTAL	R$ 842.000,00

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos das seguintes dotações orçamentárias

EXCESSO: ..... R$ 622.000,00

ANULAÇÃO:

020208		SETOR DE OBRAS PÚBLICAS	
81	15.451.0004.2039.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA-ESTRUTRA	
		Manutenção das Atividades de Obras Públicas	
	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	R$ 220.000,00
		TOTAL	R$ 842.000,00

Artigo 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bento de Abreu, 09 de setembro de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicada na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixada em local de costume e encadernada no livro nº 37, às fls. 068 a 072, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

LEI Nº 2.055, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Bento de Abreu APROVOU e ela SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), destinado à melhorias do Prédio da Assistência Social com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, observada a seguinte classificação orçamentária:

020208	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL		
08.244.0003.2090.000	Manutenção do Bloco Gestão SUAS-IGD-SUAS		
3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	250.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	R$	100.000,00
05	Transferências e Convênios Federais - Vinculados		
510.000	Assistência Social-Geral		

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com excesso orçamentário apurado no exercício.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bento de Abreu, 09 de setembro de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicada na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixada em local de costume e encadernada no livro nº 37, às fls. 073, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

DECRETO Nº 3.246, DE 02 DE JULHO DE 2026

Proíbe a instalação e circulação de comércio ambulante ou atividade temporária em dias e local que especifica, e dá outras providencias.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica proibida a instalação de barracas de comercialização, ambulantes, vendedores autônomos, *trailers, food trucks* ou quaisquer formas de comércio informal nos arredores da Praça Sagrado Coração de Jesus (Praça Central) da cidade de Bento de Abreu, num raio de 1 Km, no período de 03, 04 e 05 julho de 2026, por ocasião da realização da Festa Junina (Juninão 2026) em prol do Fundo Social de Solidariedade de Bento de Abreu.

Parágrafo Único: A Festividade de que trata o *caput* deste artigo ocorrerá das 20h as 2h30 na sexta-feira e no sábado e das 10h às 19h no domingo, podendo ser instaladas somente as barracas da entidade objeto deste Decreto e permitida a venda para os comerciantes já licenciados no município.

Artigo 2º - O descumprimento acarretará na apreensão das mercadorias, interdição das atividades e multa.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bento de Abreu, 02 de julho de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE:07219918828
Assinado de forma digital por TEREZINHA DO CARMO SALESSE:07219918828
Dados: 2026.07.02 13:06:37 -03'00'

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicado na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixado em local de costume e encadernado no livro nº 34, às fls. 069, na data supra.

FABIANA CRISTINA GRILLO TURINI MASSIBA:13662747847
Assinado de forma digital por FABIANA CRISTINA GRILLO TURINI MASSIBA:13662747847
Dados: 2026.07.02 13:07:34 -03'00'

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

DECRETO Nº 3.247, DE 03 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo, e, considerando a Lei Complementar nº 140, de 02 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), observadas as seguintes classificações orçamentárias:

020201		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		
67	04.122.0002.2008.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades Administrativas		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
020401		SETOR DE ENSINO		
135	12.306.0006.2024.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção da Distribuição da Merenda Escolar		
	3.3.90.30.07	Gêneros de Alimentação.....	R$	5.000,00
146	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	5.000,00
147	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.01	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$	10.000,00
173	12.365.0006.2018.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção das Atividades – Creche		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	15.000,00
020501		SETOR DE ESPORTES		
195	27.812.0008.2028.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURÍSTICAS		
		Manutenção das Atividades Esportivas		
	3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção.....	R$	3.000,00

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

020503		SETOR DE CULTURA		
212	13.392.0008.2030.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURÍSTICAS		
		Manutenção das Atividades Culturais		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$	2.000,00
020603		SETOR DE AGROPECUÁRIA		
245	20.606.0005.2013.0000	GESTÃO DAS AÇÕEA AMBIENTAIS E DO AGRONEGÓCIO		
		Manutenção das Atividades da Agricultura		
	3.3.90.30.01	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos.....	R$	5.000,00
020701		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
262	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	30.000,00
267	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.3.90.30.39	Material para Manutenção de Veículos.....	R$	10.000,00
020801		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
309	08.244.0003.2035.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção da Gestão Administrativa do FMAS		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	15.000,00
331	08.244.0003.2295.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	4.000,00
		TOTAL	R$	114.000,00

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com excesso orçamentário apurado no exercício.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bento de Abreu, 03 de julho de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicado na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixado em local de costume e encadernado no livro nº 34, às fls. 070 a 071, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

DECRETO Nº 3.248, DE 13 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a reserva de percentual de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência física e sensorial nos concursos públicos de que trata o inciso VIII do artigo 81 da Lei Orgânica do Município.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos e empregos públicos nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, indireta e fundacional, destinado a pessoas com deficiência física e sensorial, observado o princípio do concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º - Na aplicação do percentual, se o resultado for número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), considerar-se-á formada uma vaga para pessoa com deficiência.

§ 2º - Se o número fracionado for inferior a 0,5 (cinco décimos), a vaga somente será considerada se houver aumento do número total de vagas que eleve a fração ao patamar mínimo de 0,5 (cinco décimos).

§ 3º - O número fracionário resultante será arredondado para o primeiro número inteiro subsequente, respeitado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total de vagas oferecidas por cargo.

§ 4º - Quando o número de vagas reservadas para pessoas com deficiência não for preenchido por falta de candidatos aprovados, as vagas remanescentes serão revertidas para a lista de ampla concorrência.

Artigo 2º - Pessoas com deficiência a partir de 18 (dezoito) anos poderão ocupar cargos e empregos públicos, desde que a natureza, intensidade e extensão da deficiência sejam compatíveis com o exercício das atribuições do cargo.

Artigo 3º - O preenchimento das vagas reservadas dar-se-á mediante concurso público ou processo seletivo, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

Artigo 4º - O candidato deverá identificar o tipo de deficiência por meio de laudo médico, apresentado no ato da inscrição, a fim de garantir as condições especiais para a realização das provas.

Artigo 5º - Os candidatos com deficiência participarão dos concursos ou processos seletivos em igualdade de condições com os demais candidatos, quanto ao conteúdo e à avaliação das provas.

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

§ 1º - Após o julgamento das provas, serão elaboradas duas listas preliminares:

I. Lista geral, com todos os candidatos aprovados;
II. Lista especial, com os candidatos com deficiência aprovados.

§ 2º - As vagas reservadas nos termos do art. 1º ficarão liberadas para a lista geral se não houver inscrição ou aprovação de candidatos com deficiência.

§ 3º - Na hipótese do § 2º, será elaborada apenas a lista geral de classificação, prosseguindo-se o certame normalmente.

Artigo 6º - O órgão responsável pela realização do concurso deverá garantir condições especiais para a participação dos candidatos com deficiência, incluindo adaptações razoáveis e acessibilidade.

Artigo 7º - Convocado para investidura, o candidato deverá submeter-se a perícia médica oficial para verificação da compatibilidade entre sua deficiência e as atribuições do cargo.

§ 1º - A perícia será realizada por médico credenciado pela Prefeitura, e o laudo deverá ser emitido no prazo de 5 (cinco) dias contados do exame.

§ 2º - Se a perícia concluir pela inaptidão, será constituída, no prazo de 15 (quinze) dias, uma junta médica para reavaliação, da qual poderá participar profissional indicado pelo candidato.

§ 3º - A indicação do profissional pelo candidato deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias contados da ciência do laudo pericial.

§ 4º - A junta médica deverá apresentar sua conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame.

§ 5º - O candidato considerado inapto será excluído da lista de especial, não cabendo recurso da decisão da junta médica.

Artigo 8º - A deficiência não poderá ser invocada para justificar readaptação funcional ou aposentadoria, salvo se dela advierem complicações que gerem incapacidade ocupacional total.

Artigo 9º - Após o ingresso, serão asseguradas aos servidores com deficiência condições adequadas para o exercício de suas funções, incluindo adaptações físicas e tecnológicas necessárias.

Artigo 10 - Qualquer cidadão poderá comunicar à autoridade competente violação dos direitos assegurados por este Decreto, sem prejuízo de representação junto ao Ministério Público.

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

Artigo 11 - Os editais de concursos e processos seletivos publicados a partir da vigência deste Decreto deverão conter todos os elementos necessários ao seu cumprimento, sob pena de nulidade.

Artigo 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bento de Abreu, 13 de julho de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicado na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixado em local de costume e encadernado no livro nº 34, às fls. 072 a 074, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

DECRETO Nº 3.249, DE 13 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo, e, considerando a Lei Complementar nº 140, de 02 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 281.700,00 (duzentos e oitenta e um mil e setecentos reais), observadas as seguintes classificações orçamentárias:

ANULAÇÃO

020209		SETOR DE SERVIÇOS URBANOS		
92	15.452.0004.2290.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA ESTRUTURA		
		Manutenção das Atividades de Serviços Urbanos		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	R$	15.000,00
020211		SETOR DE ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO		
114	04.451.0004.2038.000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA ESTRUTURA		
		Manutenção das Atividades de Engenharia e Fiscalização		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
020401		SETOR DE ENSINO		
135	12.306.0006.2024.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção da Distribuição da Merenda Escolar		
	3.3.90.30.07	Gêneros de Alimentação.....	R$	30.000,00
146	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	9.400,00
147	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.01	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$	30.000,00

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

149	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.07	Gêneros de Alimentação	R$	20.000,00
150	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.39	Material para manutenção de Veículos	R$	9.600,00
154	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.39.19	Manutenção e Conservação de Veículos	R$	20.000,00
175	12.365.0006.2018.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades – Creche		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	15.000,00
020503		SETOR DE CULTURA		
212	13.392.0008.2030.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURÍSTICAS Manutenção das Atividades Culturais		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$	700,00
020701		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
261	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$	10.000,00
267	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.3.90.30.39	Material para Manutenção de Veículos	R$	10.000,00
270	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	50.000,00
020801		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
309	08.244.0003.2035.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS Manutenção da Gestão Administrativa do FMAS		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$	8.000,00

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

EXCESSO

020102		PROCURADORIA		
24	04.122.0002.2005.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades da Procuradoria		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	2.000,00
020503		SETOR DE CULTURA		
209	13.392.0008.2030.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURÍSTICAS		
		Manutenção das Atividades Culturais		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	15.000,00
020601		FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
239	18.541.0005.2291.0000	GESTÃO DAS AÇÕES AMBIENTAIS E DO AGRONEGÓCIO		
		Manutenção do Programa de Educação Ambiental		
	3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	1.000,00
020701		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
254	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	25.000,00
020801		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
329	08.244.0003.2295.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	1.000,00
		TOTAL	R$	281.700,00

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos das seguintes dotações orçamentárias

EXCESSO:..... R$ 44.000,00

ANULAÇÃO:

020210		SERVIÇOS DE ESTRADAS DE RODAGEM MUNICIPAIS		
100	26.782.0004.2046.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO E INFRA ESTRUTURA		
		Manutenção dos Serviços de Estradas de Rodagem Municipais		
	3.3.90.30.01	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$	50.000,00
020301		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS		
120	04.123.0002.2014.0000	GESTÃO E ADMINSITRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades Financeiras		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	25.000,00

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

020401		SETOR DE ENSINO		
148	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.01	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos.....	R$	55.000,00
157	12.361.0006.2088.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Transporte de Alunos de Ensino Fundamental		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$	47.000,00
163	12.364.0006.2026.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Transporte de Alunos do Ensino Superior		
	3.3.90.30.01	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$	30.000,00
187	12.365.0006.2019.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção das Atividades – EMEI		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	20.000,00
346	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$	2.000,00
020504		SETOR DE TURISMO		
223	23.695.0008.2281.0000	GESTÃO DAS ATIVIDAES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURÍSTICAS		
		Manutenção das Atividades Turísticas		
	3.3.90.30.99	Outros Materiais de Consumo	R$	700,00
020802		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIAÇA E ADOLESCENTE		
339	08.243.0003.2297.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção do FMDCA		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	2.000,00
020803		FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		
341	08.241.0003.2298.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção do Fundo Municipal do Idoso		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$	6.000,00
		TOTAL	R$	281.700,00

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bento de Abreu, 13 de julho de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicado na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixado em local de costume e encadernado no livro nº 34, às fls. 075 a 079, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

DECRETO Nº 3.250, DE 28 DE JULHO DE 2026

Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Municipal de Ensino, com vistas ao pleito de 4 de outubro de 2026, em primeiro turno, e 25 de outubro de 2026, em segundo turno, se houver.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em atenção ao disposto no Código Eleitoral, Lei Federal nº 4.737, de 15 de julho de 1965,

D E C R E T A:

Artigo 1º - As dependências dos prédios dos estabelecimentos de ensino requisitados pelas Juízas e Juízes Eleitorais, nos termos do § 2º do artigo 135 do Código Eleitoral, para a instalação de Mesas Receptoras de Votos e Mesas Receptoras de Justificativas, no pleito de 4 de outubro de 2026, em primeiro turno, e 25 de outubro de 2026, em segundo turno, se houver, deverão estar à disposição das autoridades requisitantes, com observância do seguinte cronograma:

I - a requisição do estabelecimento de ensino, quanto à eventual necessidade de disponibilização do prédio na sexta-feira anterior ao pleito, ficará condicionada à estrita necessidade do serviço eleitoral, a critério da Juíza e do Juiz competente, consideradas as peculiaridades da respectiva Zona Eleitoral;

II - dias 03 de outubro, sábado, em primeiro turno e 24 de outubro, sábado, se houver segundo turno, para montagem das seções, colocação de sinalização referente à indicação das seções e acessos em todo o prédio, afixação de cartazes, listas de cabinas, orientação e treinamento do pessoal das escolas para o dia do pleito, bem como a recepção das urnas, vistoria dos prédios e eventuais ajustes conforme solicitação e orientação da Justiça Eleitoral, incluindo-se a responsabilidade pela guarda das urnas eletrônicas nas dependências da unidade escolar, no sábado, até a efetiva chegada da Guarda Municipal/Polícia Militar para a assunção da segurança externa, conforme planejamento operacional definido pela Justiça Eleitoral;

III - dias 04 de outubro, domingo, em primeiro turno e 25 de outubro, domingo, se houver segundo turno, providenciar a abertura da escola para a Justiça Eleitoral às 6 (seis) horas e disponibilizar pessoal para a tarefa de orientação e fluxo de eleitores no interior do prédio, a partir das 7 (sete) horas, a fim de que a prestação de orientação ao público não sofra interrupções, assegurando o dever de votar na respectiva seção.

Artigo 2º - As servidoras e os servidores administrativos, docentes, diretoras e diretores de escolas dos estabelecimentos de ensino requisitados ficam obrigados a comparecer ao serviço nos dias 03 e 04 de outubro de 2026, em primeiro turno, assim como nos dias 24 e 25 de outubro de 2026, em segundo turno, se houver, para executar as atribuições de acordo com a orientação recebida pela Justiça Eleitoral.

Parágrafo único - A convocação de servidoras e servidores para atendimento à Justiça Eleitoral será limitada ao número estritamente necessário, priorizando-se servidoras e servidores administrativos e evitando-se, sempre que possível, a inclusão de professoras e de

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

professores, de modo a não prejudicar a continuidade das atividades pedagógicas, em decorrência da dispensa de ponto.

Artigo 3º - Cabe à Diretora e ao Diretor do estabelecimento de ensino requisitado:

I - responsabilizar-se pessoalmente pelo recebimento do material entregue pela Justiça Eleitoral para a montagem das seções e preparação do prédio (cartazes diversos, setas indicativas, listas de candidatos(as), fitas adesivas, etc.);

II - responsabilizar-se pessoalmente pelo recebimento das urnas e demais materiais de eleição que lhe serão entregues, mediante recibo, bem como pela respectiva guarda, a partir das 8 (oito) horas dos sábados, dias 03 de outubro, em primeiro turno e 24 de outubro, em segundo turno, se houver;

III - providenciar para que o prédio esteja aberto e em pleno funcionamento para as servidoras e os servidores da Justiça Eleitoral às 6 (seis) horas nos domingos dias 4 de outubro, em primeiro turno e 25 de outubro, em segundo turno, se houver;

IV - designar pessoa apta a prestar auxílio à Justiça Eleitoral, a partir desse horário;

V - providenciar a entrega às colaboradoras e colaboradores nomeados pela Justiça Eleitoral ou às membras e aos membros das Mesas Receptoras de Votos e das Mesas Receptoras de Justificativa, do material e respectiva urna a eles destinados;

VI - providenciar o fechamento do prédio, após o encerramento dos trabalhos, recolhimento do material e liberação pela Justiça Eleitoral;

VII - assegurar a limpeza, organização e adequadas condições de uso das dependências destinadas às seções eleitorais, tanto previamente à realização do pleito quanto após o seu encerramento, responsabilizando-se pela higienização e recomposição dos espaços utilizados;

VIII - dar ciência dos termos deste decreto a cada servidora e servidor convocado.

Artigo 4º - Às servidoras e aos servidores que, nos termos deste decreto, prestarem serviços à Justiça Eleitoral nos dias 3 e 4 de outubro, em primeiro turno, e nos dias 24 e 25 de outubro de 2026, em segundo turno, se houver, fica assegurado o gozo de 2 (dois) dias de descanso como compensação por cada dia trabalhado, a serem usufruídos mediante autorização prévia do seu superior imediato e atendida a conveniência do serviço.

Artigo 5º - A lista de servidoras e servidores convocados para atuação junto à Justiça Eleitoral será publicada no Diário Oficial do Município, observando-se as restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Artigo 6º - Para fins de comprovação da prestação de serviço nos termos deste Decreto, caberá à Diretora e ao Diretor do estabelecimento de ensino a expedição de declaração às servidoras e aos servidores convocados, a ser utilizada para o usufruto de dispensa de ponto prevista neste Decreto.

Parágrafo único - No caso da Diretora e do Diretor da unidade escolar, os Dirigentes de Ensino deverão aceitar, para fins de comprovação do comparecimento às respectivas unidades nos dias 03 e 04 de outubro de 2026, referentes ao primeiro turno, bem como nos dias 24 e

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

25 de outubro de 2026, caso haja segundo turno, a autodeclaração emitida pela própria Diretora e pelo próprio Diretor, ficando dispensada a apresentação de qualquer outro comprovante ou declaração expedida pela Justiça Eleitoral.

Artigo 7º - A Secretaria Municipal de Educação e todas as demais autoridades escolares deverão prestar a mais ampla colaboração à Justiça Eleitoral, providenciando, se for o caso, remanejamento de pessoal.

Artigo 8º - No caso de convocação de eleições suplementares pela Justiça Eleitoral, mantêm-se válidos os dispositivos previstos neste decreto para as respectivas datas a serem designadas, se o caso.

Artigo 9º - A inobservância das determinações previstas neste decreto sujeitará os infratores às medidas disciplinares cabíveis.

Artigo 10 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bento de Abreu, 28 de julho de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicado na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixado em local de costume e encadernado no livro nº 34, às fls. 080 a 082, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

DECRETO Nº 3.251, DE 07 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo, e, considerando a Lei Municipal nº 2.049, de 07 de agosto de 2026,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.020.000,00 (três milhões e vinte mil reais), observadas as seguintes classificações orçamentárias:

ANULAÇÃO

020401		SETOR DE ENSINO		
154	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.39.19	Manutenção e Conservação de Veículos	R$	10.000,00
168	12.365.0006.2018.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção das Atividades - Creche		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	100.000,00

EXCESSO

020101		GABINETE		
16	04.122.0002.2004.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades – Gabinete		
	3.3.90.30.01	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$	50.000,00
18	04.122.0002.2004.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades – Gabinete		
	3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	R$	10.000,00
020102		PROCURADORIA		
24	04.122.0002.2005.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades da Procuradoria		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	30.000,00
25	04.122.0002.2005.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades da Procuradoria		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	15.000,00

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

020201		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		
60	04.122.0002.2008.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS Manutenção das Atividades Administrativas		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$	10.000,00
67	04.122.0002.2008.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS Manutenção das Atividades Administrativas		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	470.000,00
020208		SETOR DE OBRAS PÚBLICAS		
81	15.451.0004.2039.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA-ESTRUTURA Manutenção das Atividades – Obras Públicas		
	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	R$	500.000,00
020401		SETOR DE ENSINO		
146	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$	20.000,00
147	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.01	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$	50.000,00
149	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.07	Gêneros de Alimentação	R$	10.000,00
153	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	440.000,00
170	12.365.0006.2018.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades – Creche		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	40.000,00
175	12.365.0006.2018.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades – Creche		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

178	12.365.0006.2019.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção das Atividades – EMEI		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	60.000,00
180	12.365.0006.2019.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção das Atividades – EMEI		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	20.000,00
020503		SETOR DE CULTURA		
209	13.392.0008.2030.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURISMO		
		Manutenção das Atividades Culturais		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	25.000,00
210	13.392.0008.2030.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURISMO		
		Manutenção das Atividades Culturais		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	R$	10.000,00
212	13.392.0008.2030.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURISMO		
		Manutenção das Atividades Culturais		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	5.000,00
020603		SETOR DE AGROPECUÁRIA		
244	20.606.0005.2013.0000	GESTÃO DAS AÇÕES AMBIENTAIS E DO AGRONEGÓCIO		
		Manutenção das Atividades da Agricultura		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$	40.000,00
245	20.606.0005.2013.0000	GESTÃO DAS AÇÕES AMBIENTAIS E DO AGRONEGÓCIO		
		Manutenção das Atividades da Agricultura		
	3.3.90.30.01	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$	25.000,00
248	20.606.000.2013.0000	GESTÃO DAS AÇÕES AMBIENTAIS E DO AGRONEGÓCIO		
		Manutenção das Atividades da Agricultura		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	30.000,00
020701		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
254	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	30.000,00

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

256	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	5.000,00
259	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	R$	15.000,00
261	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	10.000,00
267	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.3.90.30.39	Material para Manutenção de Veículos.....	R$	10.000,00
270	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	500.000,00
020801		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
309	08.244.0003.2035.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS Manutenção da Gestão Administrativas do FMAS		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	10.000,00
313	08.244.0003.2035.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS Manutenção da Gestão Administrativas do FMAS		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	440.000,00
328	08.244.0003.2295.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	10.000,00
329	08.244.0003.2295.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	R$	5.000,00
331	08.244.0003.2295.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$	5.000,00
		TOTAL	R$	3.020.000,00

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos das seguintes dotações orçamentárias

EXCESSO: ..... R$ 2.910.000,00

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

ANULAÇÃO:

020401		SETOR DE ENSINO		
171	12.365.0006.2018.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção das Atividades – Creche		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	R$	50.000,00
020502		SETOR DE LAZER		
200	27.813.0008.2029.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURISMO		
		Manutenção das Atividades – Lazer		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$	50.000,00
201	27.813.0008.2029.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURISMO		
		Manutenção das Atividades – Lazer		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	R$	10.000,00
		TOTAL	R$	3.020.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bento de Abreu, 07 de agosto de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicado na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixado em local de costume e encadernado no livro nº 34, às fls. 083 a 087, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

DECRETO Nº 3.252, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de Membros do Conselho Municipal de Educação

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo, e, considerando a Lei Municipal nº 1.963, de 07 de maio de 2024,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Educação, conforme composição abaixo:

I. Representantes dos Professores das Escola Públicas Municipais:
Titular: REGIANE ERVOLINO PEREIRA
Suplente: RITA DE CÁSSIA MIGUEL

Titular: ADRIANA LOURENZONE PARMIGIANI
Suplente: VANESSA TAVRES FERREIRA DE MORAIS OLIVEIRA

II. Representantes da dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:
Titular: FLÁVIA CARLA DE OLIVEIRA RITA
Suplente: INÊS SÂNDALO MAZZARO

III. Representantes dos Coordenadores Pedagógicos das Escolas Públicas Municipais:
Titular: POLIANA AMÂNCIO VIANA MAZZARO
Suplente: DANIELA LOURENZONE

IV. Representantes dos Servidores da Escola Públicas Municipais:
Titular: JAQUELINE NAIARA MARINHO DOS SANTOS
Suplente: HELLEN REGINA BARBOSA GOMES DA SILVA

V. Representantes das Escolas Estaduais:
Titular: LAÍS BERTI DA SILVA
Suplente: FELIPE NELSON DA COSTA SILVA

VI. Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: ÉDER TENÓRIO SOARES
Suplente: GLEDIS RESINA BERTI

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bento de Abreu, 20 de agosto de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicado na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixado em local de costume e encadernado no livro nº 34, às fls. 088 a 089, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

DECRETO Nº 3.253, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros do conselho de alimentação escolar – CAE do município de Bento de Abreu e dá outras providências.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo, e,

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica;

CONSIDERANDO a Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre a gestão e a oferta da alimentação escolar aos estudantes da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a composição do Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município de Bento de Abreu;

CONSIDERANDO as indicações e eleições realizadas pelos respectivos segmentos para composição do Conselho de Alimentação Escolar – CAE,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Ficam nomeados para compor o **Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município de Bento de Abreu**, os seguintes membros titulares e respectivos suplentes:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular:
Nome: Juliene Angélica de Oliveira Pegolo
Suplente:
Nome: Natália Novais Salesse

II – REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO
1º Titular:
Nome: Poliana Amacio Viana Mazzaro
1º Suplente:
Nome: Adriana Lourenzone Parmigiani
2º Titular:
Nome: Flávia Carla de Oliveira Rita
2º Suplente:
Nome: Maíra Lourenço dos Santos

III – REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS
1º Titular:
Nome: Beatriz Krokovec Cruz
1º Suplente:
Nome: Angelita Mendes Pereira
2º Titular:
Nome: Thabatha Karen Antunes dos Santos Castro
2º Suplente:
Nome: Cacilda de Souza Pinto

IV – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
1º Titular:
Nome: Felipe Oliveira Azeredo
1º Suplente:
Nome: Berenice Cristina Correia Matias de Souza
2º Titular:
Nome: Juliana de Brito Rodrigues
2º Suplente:
Nome: Márcia Aparecida Ferreira Pedreiros dos Santos

Artigo 2º - O Conselho de Alimentação Escolar – CAE exercerá suas atribuições na forma estabelecida pela legislação federal aplicável ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e pela legislação municipal pertinente.

Artigo 3º - O mandato dos membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE observará o período estabelecido na legislação aplicável e no respectivo processo de renovação do Conselho, devendo seus dados e documentos ser registrados no sistema oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Artigo 4º - A Presidência e a Vice-Presidência do Conselho de Alimentação Escolar – CAE serão exercidas pelos membros eleitos em reunião especialmente convocada para essa finalidade, conforme ata de eleição própria.

Parágrafo único. O Presidente e o Vice-Presidente deverão observar as condições estabelecidas na legislação vigente para o exercício dos respectivos cargos.

Artigo 5º - Os membros ora nomeados exercerão suas funções de forma gratuita, sendo consideradas de relevante interesse público as atividades desenvolvidas no exercício da função de conselheiro do Conselho de Alimentação Escolar – CAE.

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

Artigo 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e fica revogado o Decreto Municipal nº 3.028, de 17 de agosto de 2022, e demais disposições em contrário, caso aplicável à composição anterior do Conselho.

Bento de Abreu, 09 de setembro de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE:07219918828
Assinado de forma digital por TEREZINHA DO CARMO SALESSE:07219918828
Dados: 2026.09.09 14:38:30 -03'00'

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicado na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixado em local de costume e encadernado no livro nº 34, às fls. 090 a 092, na data supra.

FABIANA CRISTINA GRILLO TURINI MASSIBA:13662747847
Assinado de forma digital por FABIANA CRISTINA GRILLO TURINI MASSIBA:13662747847
Dados: 2026.09.09 14:39:44 -03'00'

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

DECRETO Nº 3.254, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a constituição da Comissão Municipal de Elaboração do Plano Municipal de Educação – PME (2026–2036) e dá outras providências.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo, e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 214 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE para o decênio 2026–2036;

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração do Plano Municipal de Educação – PME, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO a importância da participação democrática dos diversos segmentos da sociedade na construção das políticas públicas educacionais;

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica instituído o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação – PME, com vigência para o período de 2026 a 2036, destinado ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais do Município.

Artigo 2º - Fica constituída a Comissão Municipal de Elaboração do Plano Municipal de Educação – PME (2026–2036), responsável pela coordenação dos trabalhos de elaboração, discussão, sistematização e encaminhamento da proposta do Plano Municipal de Educação.

Artigo 3º - A Comissão Municipal de Elaboração do Plano Municipal de Educação será composta por representantes dos seguintes segmentos:

I – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;
II – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
III – 01 (um) representante do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
IV – 01 (um) representante dos Gestores das Unidades Escolares Municipais;
V – 01 (um) representante dos Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino;
VI – 01 (um) representante dos Professores da Rede Municipal de Ensino;
VII – 01 (um) representante da Câmara Municipal;
VIII – 01 (um) representante dos Pais ou Responsáveis pelos Estudantes;
IX – 01 (um) representante da Sociedade Civil Organizada; e

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

X – 01 (um) representante do Poder Executivo, preferencialmente vinculado ao setor de Planejamento ou Finanças.

§ 1º - Os membros exercerão suas funções sem prejuízo de suas atribuições normais e sem remuneração específica.

§ 2º - A participação na Comissão será considerada serviço público relevante.

§ 3º - Poderão participar das reuniões, na condição de convidados, representantes de universidades, instituições de ensino superior, Ministério Público, conselhos municipais, e demais entidades ligadas à educação.

§ 4º - A Comissão poderá instituir grupos de trabalho temáticos para subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação.

Artigo 4º - Compete à Comissão:
I – coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação;
II – realizar estudos, diagnósticos e levantamentos da realidade educacional do Município;
III – promover a participação da comunidade escolar e da sociedade civil;
IV – organizar consultas públicas, audiências públicas, fóruns e conferências;
V – elaborar propostas de metas, estratégias e indicadores;
VI – sistematizar as contribuições recebidas;
VII – elaborar a minuta do Plano Municipal de Educação;
VIII – encaminhar a proposta final para apreciação do Conselho Municipal de Educação e posterior envio ao Poder Legislativo.

Artigo 5º - O processo de elaboração do Plano Municipal de Educação observará os princípios da gestão democrática, participação social, inclusão, equidade, qualidade da educação, valorização dos profissionais da educação e garantia do direito à aprendizagem.

Artigo 6º - O Plano Municipal de Educação será elaborado com base em diagnóstico da realidade educacional do Município, considerando indicadores educacionais, dados censitários, informações socioeconômicas e demais dados oficiais pertinentes.

Artigo 7º - A participação popular será assegurada por meio de consultas públicas, audiências públicas, fóruns, conferências municipais de educação e demais mecanismos de participação social.

Artigo 8º - A proposta final do Plano Municipal de Educação será submetida à apreciação do Conselho Municipal de Educação e posteriormente encaminhada à Câmara Municipal para análise e aprovação.

Artigo 9º - A Comissão deverá concluir os trabalhos de elaboração da proposta do Plano Municipal de Educação no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste Decreto, podendo o prazo ser prorrogado mediante justificativa.

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

Artigo 10 - Os órgãos da Administração Municipal prestarão apoio técnico, administrativo e operacional aos trabalhos da Comissão, a ser indicado pela Prefeita Municipal.

Artigo 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bento de Abreu, 09 de setembro de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE:07219918828
Assinado de forma digital por TEREZINHA DO CARMO SALESSE:07219918828
Dados: 2026.09.09 16:17:59 -03'00'

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicado na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixado em local de costume e encadernado no livro nº 34, às fls. 093 a 096, na data supra.

FABIANA CRISTINA GRILLO TURINI MASSIBA:13662747847
Assinado de forma digital por FABIANA CRISTINA GRILLO TURINI MASSIBA:13662747847
Dados: 2026.09.09 16:18:48 -03'00'

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME (2026–2036)
BENTO DE ABREU – SP

Nº	REPRESENTAÇÃO	REPRESENTANTE
1	02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação	Eder Tenório Soares Gledis Resina Berti
2	01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação	Vanessa Tavares F. de Moraes Oliveira
3	01 (um) representante do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	Milena Antonello Covolo
4	01 (um) representante dos Gestores das Unidades Escolares Municipais	Flavia Carla de Oliveira Rita
5	01 (um) representante dos Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino	Poliana Amâncio Viana Mazzaro
6	01 (um) representante dos Professores da Rede Municipal de Ensino	Maira Lourenço dos Santos
7	01 (um) representante da Câmara Municipal	Fabiana Martins Bevilaqua de Souza
8	01 (um) representante dos Pais ou Responsáveis pelos Estudantes	Felipe Oliveira Azeredo
9	01 (um) representante da Sociedade Civil Organizada	Eder Soares Vieira
10	01 (um) representante do Poder Executivo, preferencialmente vinculado ao setor de Planejamento ou Finanças	Mainara Cristina Matias de Souza

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

DECRETO Nº 3.255, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo, e, considerando a Lei Municipal nº 2.054, de 09 de setembro de 2026,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 842.000,00 (oitocentos e quarenta e dois mil reais), observadas as seguintes classificações orçamentárias:

EXCESSO

020101		GABINETE		
20	04.122.0002.2004.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades do Gabinete		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	15.000,00
020102		PROCURADORIA		
24	04.122.0002.2005.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades da Procuradoria		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	32.000,00
020103		JUNTA DO SERVIÇO MILITAR		
33	04.122.0002.2006.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção da Junta do Serviço Militar		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	5.000,00
020201		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		
60	04.122.0002.2008.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades Administrativas		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	10.000,00
63	04.122.0002.2008.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades Administrativas		
	3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção.....	R$	10.000,00
68	04.122.0002.2008.0000	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS		
		Manutenção das Atividades Administrativas		
	3.3.90.39.19	Manutenção e Conservação de Veículos.....	R$	10.000,00

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

020208		SETOR DE OBRAS PÚBLICAS		
73	15.451.0004.2039.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA-ESTRUTURA		
		Manutenção das Atividades de Obras Públicas		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	R$	20.000,00
75	15.451.0004.2039.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA-ESTRUTURA		
		Manutenção das Atividades de Obras Públicas		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	10.000,00
020209		SETOR DE SERVIÇOS URBANOS		
92	15.452.0004.2290.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA-ESTRUTURA		
		Manutenção das Atividades de Serviços Urbanos		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
020211		SETOR DE ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO		
114	04.451.0004.2038.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA-ESTRUTURA		
		Manutenção das Atividades de Engenharia e Fiscalização		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
020401		SETOR DE ENSINO		
133	12.306.0006.2024.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção da Distribuição da Merenda Escolar		
	3.3.90.30.07	Gêneros de Alimentação.....	R$	15.000,00
134	12.306.0006.2024.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção da Distribuição da Merenda Escolar		
	3.3.90.30.07	Gêneros de Alimentação.....	R$	10.000,00
140	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção do Ensino Regular		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	30.000,00
146	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO		
		Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	20.000,00

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

151	12.361.0006.2022.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção do Ensino Regular		
	3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção.....	R$	5.000,00
168	12.365.0006.2018.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades da Creche		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	80.000,00
170	12.365.0006.2018.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades da Creche		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	R$	30.000,00
178	12.365.0006.2019.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades da EMEI		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	50.000,00
180	12.365.0006.2019.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades da EMEI		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	20.000,00
184	12.365.0006.2019.0000	GESTÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades da EMEI		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	10.000,00
020501		SETOR DE ESPORTES		
193	27.812.0008.2028.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURÍSTICAS Manutenção das Atividades Esportivas		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	10.000,00
197	27.812.0008.2028.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURÍSTICAS Manutenção das Atividades Esportivas		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
020503		SETOR DE CULTURA		
209	13.392.0008.2030.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURÍSTICAS Manutenção das Atividades Culturais		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	50.000,00

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

216	13.392.0008.2030.0000	GESTÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E TURÍSTICAS		
		Manutenção das Atividades Culturais		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
020701		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
254	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	R$	30.000,00
259	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	20.000,00
261	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	15.000,00
268	10.301.0007.2031.0000	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR		
		Manutenção do Bloco de Atenção Primária		
	3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção.....	R$	10.000,00
020801		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
309	08.244.0003.2035.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção da Gestão Administrativa do FMAS		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$	20.000,00
311	08.244.0003.2035.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção da Gestão Administrativa do FMAS		
	3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção.....	R$	10.000,00
322	08.244.0003.2283.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção do Bloco de gestão do Programa Bolsa Família e CADÚNICO		
	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	R$	15.000,00
329	08.244.0003.2295.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica		
	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R$	10.000,00
331	08.244.0003.2295.0000	GESTÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS ASSISTENCIAIS		
		Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	10.000,00

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

ANULAÇÃO

020209		SETOR DE SERVIÇOS URBANOS	
92	15.452.0004.2290.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA-ESTRUTURA	
		Manutenção das Atividades de Serviços Urbanos	
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 220.000,00
		TOTAL	R$ 842.000,00

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos das seguintes dotações orçamentárias

EXCESSO: ..... R$ 622.000,00

ANULAÇÃO:

020208		SETOR DE OBRAS PÚBLICAS	
81	15.451.0004.2039.0000	GESTÃO DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DA CIDADE E INFRA-ESTRUTRA	
		Manutenção das Atividades de Obras Públicas	
	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	R$ 220.000,00
		TOTAL	R$ 842.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bento de Abreu, 09 de setembro de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicado na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixado em local de costume e encadernado no livro nº 34, às fls. 097 a 101, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

DECRETO Nº 3.256, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo, e, considerando a Lei Municipal nº 2.055, de 09 de setembro de 2026,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), destinado à melhorias do Prédio da Assistência Social com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, observada a seguinte classificação orçamentária:

020208	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL		
08.244.0003.2090.000	Manutenção do Bloco Gestão SUAS-IGD-SUAS		
3.3.90.30.00	Material de Consumo.....	R$	250.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	R$	100.000,00
05	Transferências e Convênios Federais - Vinculados		
510.000	Assistência Social-Geral		

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com excesso orçamentário apurado no exercício.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bento de Abreu, 09 de setembro de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicado na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixado em local de costume e encadernado no livro nº 34, às fls. 102, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

DECRETO Nº 3.257, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a composição, estrutura e funcionamento do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Bento de Abreu, e dá outras providências.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo,

D E C R E T A:

CONSIDERANDO a adesão do Município ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, devidamente publicada no Diário Oficial da União em 08 de janeiro de 2008;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.410, de 18 de dezembro de 2007, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e instituiu o respectivo Conselho Gestor do Fundo;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social;

CONSIDERANDO a necessidade premente de atualizar a composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, visando assegurar a paridade e a efetiva participação de representantes de movimentos populares na gestão das políticas habitacionais;

CONSIDERANDO que o §2º do art. 4º da Lei Federal nº 11.124/2005 e o §4º do art. 5º da Lei Municipal nº 1.410/2007 estabelecem que, na composição do Conselho Gestor, pelo menos 1/4 (um quarto) das vagas deverá ser ocupada por representantes de movimentos populares;

D E C R E T A:

Artigo 1º - O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, órgão de caráter deliberativo, será composto de forma paritária por 6 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Artigo 2º - A Presidência do Conselho Gestor será exercida pelo Diretor de Obras e Serviços Municipais, conforme §1º do art. 5º da Lei Municipal nº 1.410, de 18 de dezembro de 2007, cabendo-lhe, além do voto ordinário, o voto de qualidade.

Artigo 3º - O Conselho Gestor do FMHIS será integrado pelos seguintes membros:

I - Representantes do Poder Público Municipal:

a) Diretoria de Obras e Serviços Municipais:
- Titular: Anna Lucia Scatena (Presidente do Conselho)
- Suplente: Maria Vitória Berte Vicente

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

b) Secretaria Municipal de Assistência, Promoção e Desenvolvimento Social:
- Titular: Ana Carolina de Brito Rodrigues
- Suplente: Cristiane Cordeiro Novais

c) Secretaria Municipal de Finanças:
- Titular: Mainara Cristina Matias de Souza
- Suplente: Adriano Sérgio Rosa de Lima

II - Representantes da Sociedade Civil:
a) Paróquia Sagrado Coração de Jesus:
- Titular: Ana Beatriz da Silva
- Suplente: Carla Eduarda Ferreira Cartaxo

b) Representante dos Moradores do Bairro Silvio César Crispim:
- Titular: Berenice Cristina Correia Matias de Souza
- Suplente: Tabatha Karen Antunes Castro dos Santos

c) Representante dos Moradores da Zona Rural:
- Titular: Éder Venâncio dos Santos
- Suplente: José Roberto Vicente

Parágrafo único - A composição estabelecida neste artigo assegura que, no mínimo, 1/4 (um quarto) das vagas do Conselho Gestor são ocupadas por representantes de movimentos populares, em estrita observância ao §2º do art. 4º da Lei Federal nº 11.124/2005 e ao §4º do art. 5º da Lei Municipal nº 1.410/2007.

Artigo 4º - Compete ao Conselho Gestor do FMHIS:
Compete ao Conselho Gestor do FMHIS:
I - estabelecer diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
II - aprovar as propostas de programas e ações habitacionais de interesse social, bem como o Plano Municipal de Habitação;
III - fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo, garantindo transparência e eficiência;
IV - deliberar sobre as prestações de contas dos recursos aplicados;
V - elaborar e aprovar seu regimento interno.

Artigo 5º - Os membros do Conselho Gestor serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§1º - A função de membro do Conselho Gestor não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público.

§2º - Os membros titulares e suplentes serão substituídos em caso de renúncia, afastamento ou perda do vínculo com a entidade ou órgão que representam, devendo a nova indicação ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

Artigo 6º - O Conselho Gestor reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros..

Artigo 7º - As deliberações do Conselho Gestor serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Artigo 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bento de Abreu, 10 de setembro de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE:07219918828 Assinado de forma digital por TEREZINHA DO CARMO SALESSE:07219918828 Dados: 2026.09.10 09:09:21 -03'00'

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicado na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixado em local de costume e encadernado no livro nº 34, às fls. 103 a 104, na data supra.

FABIANA CRISTINA GRILLO TURINI MASSIBA:13662747847 Assinado de forma digital por FABIANA CRISTINA GRILLO TURINI MASSIBA:13662747847 Dados: 2026.09.10 09:10:12 -03'00'

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

DECRETO Nº 3.258, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas municipais.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo, e,

CONSIDERANDO que o próximo dia 15 de outubro é data consagrada à comemoração do "Dia dos Professores";

CONSIDERANDO que a transferência das comemorações do "Dia dos Professores" para o dia 13 de outubro se revela conveniente para o servidor público municipal e para a Administração Pública Municipal;

D E C R E T A:

Artigo 1º - O expediente do dia 15 de outubro de 2026, nas escolas públicas municipais e creche municipal será normal, ficando declarado ponto facultativo o expediente no dia 13 de outubro de 2026.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bento de Abreu, 18 de setembro de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicado na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixado em local de costume e encadernado no livro nº 34, às fls. 105, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

Rua 27 de Março, 390 – Fone: (18) 3601-9200 – Fax: (18) 3601-9201
CEP: 16790-000 – Bento de Abreu – Estado de São Paulo
administracao@bentodeabreu.sp.gov.br - CNPJ-MF: 44.447.944/0001-87

Prefeitura Municipal de Bento de Abreu

DECRETO Nº 3.259, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas municipais.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE, Prefeita do Município de Bento de Abreu, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo, e,

CONSIDERANDO que o dia 28 de outubro é data consagrada às comemorações do "Dia do Funcionário Público",

CONSIDERANDO que a transferência das comemorações do "Dia do Funcionário Público" para o dia 30 de outubro se revela conveniente para o servidor público municipal e para a Administração Pública Municipal;

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica considerado ponto facultativo o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira), em substituição ao dia 28 de outubro de 2026, cujo expediente nas repartições públicas municipais será normal.

Artigo 2º - As funções de natureza essencial como o Setor de Saúde, Limpeza Pública, Transporte de alunos da rede estadual de ensino e ensino superior, cozinha piloto por conta da merenda escolar destinada aos alunos da rede estadual de ensino deverão ter plantões de atendimento montados pelos encarregados de cada setor, respectivamente.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bento de Abreu, 18 de setembro de 2026.

TEREZINHA DO CARMO SALESSE
Prefeita Municipal

Publicado na Seção de Expediente desta Prefeitura Municipal, afixado em local de costume e encadernado no livro nº 34, às fls. 106, na data supra.

Fabiana Cristina Grillo Turini Massiba
Superintendente Administrativo

PODER LEGISLATIVO

Licitações e Contratos

Ato de Autorização de Contratação Direta

Câmara Municipal de Bento de Abreu

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

CONSIDERANDO os elementos constantes do Processo Administrativo nº 09/2026, devidamente instruído com o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a Pasta Técnica, a pesquisa de preços, as propostas comerciais, o mapa comparativo de preços, a razão da escolha do fornecedor, a justificativa de preço, a documentação de habilitação e a comprovação da disponibilidade e da reserva orçamentária;

CONSIDERANDO que o objeto consiste na contratação de empresa especializada para execução, com fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos, de obras e serviços de reforma, manutenção e adequação predial no imóvel situado na Rua Miguel Vieira, nº 178, Centro, Bento de Abreu/SP, conforme as especificações, quantitativos, critérios de medição e demais condições constantes do Termo de Referência e da Pasta Técnica;

CONSIDERANDO que a empresa **TEC.SAG IMPRESSÃO, CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E CONSULTORIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº 13.747.073/0001-93, apresentou a proposta de menor preço global, no valor de R$113.746,12 (cento e treze mil, setecentos e quarenta e seis reais e doze centavos), atendendo às condições econômicas estabelecidas para a contratação;

CONSIDERANDO que a empresa selecionada comprovou sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação técnica e inexistência de impedimento para contratar com a Administração Pública, conforme documentação constante dos autos;

CONSIDERANDO que o preço ofertado é compatível com o orçamento referencial da Administração e com os valores apurados na pesquisa de mercado;

CONSIDERANDO a existência de dotação e de reserva orçamentária suficiente para suportar a despesa;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, que concluiu pela legalidade e viabilidade do prosseguimento da contratação direta, com fundamento nos arts. 72 e 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021;

No uso das atribuições que me são conferidas, especialmente pelo art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo art. 17 do Decreto Municipal nº 3.051/2023 e pela Resolução nº 0031/2024,

AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026, nos seguintes termos:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução, com fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos, de obras e serviços de reforma, manutenção e adequação predial no imóvel situado na Rua Miguel Vieira, nº 178, Centro, Bento de Abreu/SP, conforme as especificações, quantitativos, critérios de medição e demais condições constantes do Termo de Referência e da Pasta Técnica, composta pelo Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Planilha de Composição do BDI, Composições Próprias e Projetos de Pintura — Partes 01/03, 02/03 e 03/03.

Rua Miguel Vieira - 178 – Cep – 16790-025 – Bento de Abreu – SP - Fone – (18) – 3601-1256
oficial@camarabentodeabreu.sp.gov.br

Câmara Municipal de Bento de Abreu

CONTRATADA: TEC.SAG IMPRESSÃO, CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E CONSULTORIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº 13.747.073/0001-93.

VALOR GLOBAL: R$ 113.746,12 (cento e treze mil, setecentos e quarenta e seis reais e doze centavos).

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, ou pelo período necessário ao cumprimento integral das obrigações, observadas as disposições do Termo de Referência e da legislação aplicável.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço, conforme o cronograma físico-financeiro e as condições estabelecidas no Termo de Referência.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado conforme as medições dos serviços efetivamente executados, após o recebimento da respectiva Nota Fiscal, o atesto do gestor e do fiscal do contrato e a verificação do cumprimento das obrigações contratuais, observadas as condições e os prazos previstos no Termo de Referência.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA: A contratada deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de execução, devidamente registrada perante o órgão profissional competente, antes da emissão da Ordem de Serviço, quando legalmente exigível, permanecendo responsável pela regularidade técnica da execução do objeto.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme classificação orçamentária e reserva de dotação constantes dos autos do Processo Administrativo nº 09/2026, devidamente emitidas e conferidas pelo Setor de Contabilidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os valores atualizados aplicáveis na data da autorização, o art. 72 da mesma Lei, o Decreto Municipal nº 3.051/2023 e a Resolução nº 0031/2024.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade a este Ato de Autorização de Dispensa de Licitação e ao respectivo instrumento contratual, em observância ao art. 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, ao art. 18 do Decreto Municipal nº 3.051/2023 e às demais normas de publicidade aplicáveis, mediante divulgação no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal.

Determino, igualmente, que a formalização contratual, a emissão do empenho e a expedição da Ordem de Serviço observem as condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta da contratada e nos demais documentos integrantes do processo.

Bento de Abreu/SP, 23 de setembro de 2026.

FLÁVIO ALVES SIQUEIRA
Presidente da Câmara Municipal

Rua Miguel Vieira - 178 – Cep – 16790-025 – Bento de Abreu – SP - Fone – (18) – 3601-1256
oficial@camarabentodeabreu.sp.gov.br